



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE AGRONOMIA

Andressa de Quadra Padilha

**Cadeia produtiva do feijão em áreas de assentamento da Reforma Agrária em Santa
Catarina**

Curitibanos
2024

Andressa de Quadra Padilha

**Cadeia produtiva do feijão em áreas de assentamento da Reforma Agrária em Santa
Catarina**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Agronomia, do Centro de Ciências Rurais, Campus de Curitibanos, da Universidade Federal de Santa Catarina. Como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz

Curitibanos

2024

Padilha, Andressa de Quadra
CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO DA
REFORMA AGRÁRIA EM SANTA CATARINA / Andressa de Quadra
Padilha ; orientador, Estevan Felipe Pizarro Muñoz, 2024.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus
Curitibanos, Graduação em Agronomia, Curitibanos, 2024.

Inclui referências.

1. Agronomia. 2. Assentados da Reforma Agrária. 3.
Contestado. 4. Cadeia Produtiva do Feijão. 5. Agricultura
Familiar. I. Muñoz, Estevan Felipe Pizarro. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Agronomia. III. Título.

Andressa de Quadra Padilha

**Cadeia produtiva do feijão em áreas de assentamento da reforma agrária em Santa
Catarina**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado, em 21 de novembro de 2024,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

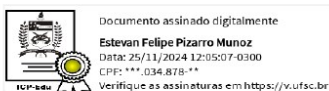
Banca examinadora

Prof. Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz
Orientador

Prof. Dr. José Antônio Louzada
FEPESE/UFSC

Prof.a Dr.a Caroline Aparecida Matias
UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do Trabalho de Conclusão de Curso que foi
julgado adequado para obtenção do título de Engenheiro(a) Agrônomo(a).



Prof. Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz
Orientador

Curitibanos
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e iluminar o caminho durante esta jornada, sou imensamente grata às entidades e todas as forças que sempre estiveram ao meu lado, mantendo minha fé em dias melhores e evitando que eu desmoronasse em momentos de fraqueza.

A Universidade Federal de Santa Catarina e as políticas públicas de acesso, para que garantissem minha permanência dentro do âmbito acadêmico e fazendo parte da realização de um sonho.

Agradeço de coração a Jane e Gilmar, meus sogros, que nunca mediram esforços para ajudar na construção deste objetivo, embora não tenha tido a presença de um pai, Gilmar fez com que essa lacuna fosse preenchida com seu apoio e incentivo.

Ao meu orientador Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz, por ter acreditado neste projeto e por sua inestimável orientação, a paciência e disposição em me apoiar, mesmo em momentos de pressão durante a fase final de conclusão de curso, foram fundamentais. A liberdade que me proporcionou para explorar meus pensamentos e ideias durante a pesquisa foi um grande incentivo.

Em especial a Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado, a Dona Glorete e ao Seu Ivo, figuras exemplares de luta e resiliência, que com suas histórias e dedicação inspiram não apenas aos que os conhecem, mas também uma geração de agricultores familiares. Este trabalho só foi possível graças ao apoio incondicional e ao exemplo de perseverança que representam. Minha mais profunda gratidão por toda a confiança e pelo incentivo ao longo desta jornada.

Por fim, um agradecimento especial e enorme a minha companheira, Thainá. Ao longo desses anos todos de relacionamento compartilhou a jornada acadêmica por completo, foi meu alicerce e minha maior fonte de inspiração. Em momentos que me sentia perdida, nas crises financeiras e psicológicas me reergueu e sempre me encorajou a continuar lutando pelos meus ideais para que pudesse alcançar este momento.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar a dinâmica da produção de feijão em assentamentos da reforma agrária, com ênfase na Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado, localizada em Fraiburgo, Santa Catarina. A pesquisa se insere em um contexto mais amplo de análise das desigualdades sociais e da exclusão de grandes segmentos da população rural, que, apesar de sua importância para a segurança alimentar e nutricional, enfrentam desafios significativos para se manterem social e economicamente ativos. O estudo, realizado durante o ano de 2024, investiga a relevância histórica da luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Brasil, destacando como essa luta está intimamente ligada à organização da produção agrícola e à formação de cooperativas. A metodologia utilizada combina pesquisa descritiva e exploratória, incluindo a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com as famílias assentadas e membros da cooperativa, permitindo uma compreensão aprofundada das práticas produtivas, sociais e econômicas dos assentados. Os principais resultados da pesquisa revelam a resiliência das famílias assentadas em manter atividades agroecológicas e a produção de feijão, mesmo diante de pressões econômicas que favorecem cultivos mais lucrativos, como o fumo. A análise aponta que, para garantir a permanência dos agricultores familiares no campo e promover a segurança alimentar, é fundamental a implementação de políticas públicas eficazes que incentivem a diversificação de cultivos, a assistência técnica e o acesso a mercados adaptados à realidade da agricultura familiar. Além disso, em função do papel crucial que as cooperativas das áreas de assentamentos da reforma agrária possuem na produção de alimentos saudáveis e na promoção da inclusão social e econômica, é preciso desmistificar e tirar da invisibilidade a luta dos agricultores assentados da reforma agrária.

Palavras chave: Reforma Agrária, cadeia produtiva do feijão, agricultura familiar.

ABSTRACT

This final project aims to investigate the dynamics of bean production in agrarian reform settlements, with an emphasis on the Cooperative of Settlers of the Contestado Region, located in Fraiburgo, Santa Catarina. The research is part of a broader context of analysis of social inequalities and the exclusion of large segments of the rural population, who, despite their importance for food and nutritional security, face significant challenges in remaining socially and economically active. The study, carried out during the year 2024, investigates the historical relevance of the struggle of rural workers for agrarian reform in Brazil, highlighting how this struggle is closely linked to the organization of agricultural production and the formation of cooperatives. The methodology used combines descriptive and exploratory research, including the application of questionnaires and semi-structured interviews with settled families and members of the cooperative, allowing an in-depth understanding of the productive, social, and economic practices of the settlers. The main results of the research reveal the resilience of settled families in maintaining agroecological activities and bean production, even in the face of economic pressures that favor more profitable crops, such as tobacco. The analysis indicates that, in order to ensure the permanence of family farmers in the countryside and promote food security, it is essential to implement effective public policies that encourage crop diversification, technical assistance and access to markets adapted to the reality of family farming. Furthermore, due to the crucial role that cooperatives in agrarian reform settlement areas play in the production of healthy food and in promoting social and economic inclusion, it is necessary to demystify and remove the invisibility of the struggle of agrarian reform settled farmers.

Keywords: Agrarian Reform, bean production chain, family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da Cadeia Produtiva Familiar	26
Figura 2 – Localização do Município.....	23
Figura 3 – Feijão – Santa Catarina: área plantada, produtividade e quantidade produzida, 1 ^a e 2 ^a safras – 2022/23.....	24
Figura 4 – Cadeia produtiva do feijão na Coopercontestado	26
Figura 5 – Área destinada ao plantio de feijão no Assentamento Dandara.....	27
Figura 6 – A) Máquina de limpeza; B) Medidor de umidade; C) Empacotadora automática; D) Embalagens com a marca Terra Viva.....	28
Figura 7 – A) Caminhão com os produtos; B) Produtos entregue ao CRAS – São Miguel....	30
Figura 8 – Área das unidades produtivas no Butiá Verde	31
Figura 9 – Área das unidades produtivas no Dandara	32
Figura 10 – Área das unidades produtivas Índio Galdino	32
Figura 11 – Área das unidades produtivas Contestado	33
Figura 12 – Volume Anual (Kg)	34
Figura 13 – Distribuição das Áreas Cultivadas e Famílias Produtoras por Variedade de Feijão em Assentamentos	35
Figura 14 – Pessoas que trabalham em cada Assentamento.....	36
Figura 15 – Renda Familiar	37
Figura 16 – Renda Mensal Familiar	37
Figura 17 – Produção de Feijão e Fumo nos Assentamentos.....	38

LISTA DE SIGLAS

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural
CEPA Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CONAB Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS Centro de Referência de Assistência Social
EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FOFA Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MAPA Ministério da Agricultura e Pecuária
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento na Agricultura Familiar
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	13
2.2 CADEIAS PRODUTIVAS	16
2.3 DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS-CHAVE DE CADEIAS PRODUTIVAS.....	17
3 METODOLOGIA	20
3.1 Estudo de caso	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 O TERRITÓRIO	23
4.2 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM FRAIBURGO	24
4.3 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS.....	26
4.3.1 ASPECTOS DO SISTEMA PRODUTIVO	26
4.3.2 Estudo de Caso da CooperContestado.....	28
4.3.3 ASPECTOS PRODUTIVOS NOS ASSENTAMENTOS.....	31
4.3.4 ASPECTOS SOCIAIS.....	35
4.5 Matriz Fofa.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE.....	46

1. INTRODUÇÃO

A referência às lutas dos trabalhadores pela reforma agrária é fundamental para compreender o desenvolvimento de culturas no interior dos assentamentos, tendo em vista que existe uma relação próxima entre as experiências de lutas e a prática nas lavouras. A trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária articulada pelos trabalhadores rurais tem relações políticas, com debates e implicações na produção e organização no campo brasileiro. Portanto, torna-se muito difícil compreender a organização da produção nos assentamentos sem levar em consideração o desenvolvimento das lutas pela reforma agrária (Fabrini; Luz; Lacerda, 2000).

À medida que o capital se acumula e a tecnologia de produção avança, menos trabalhadores são necessários nas novas unidades produtivas, e mais trabalhos se tornam obsoletos. Com o aumento do capital, a produtividade tende a crescer, resultando em maior produção com menos pessoas, ou seja, maior investimento em meios de produção e uma redução nos gastos com a contratação de mão de obra (Loebens, 2009).

Se, por um lado, as inovações tecnológicas e a expansão global dos mercados têm aumentado a produção agropecuária e incrementado a economia do agronegócio, por outro, têm intensificado as desigualdades sociais e ampliado a pobreza, devido à exclusão de grandes segmentos da população de oportunidades equitativas e acessíveis para se manterem economicamente ativos por meio de seu próprio trabalho.

Em face desse cenário, urge alternativas de inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares e camponeses nos sistemas alimentares contemporâneos.

Nesse sentido, os assentamentos não significam apenas uma inclusão à dinâmica econômica e produtiva, mas uma ressocialização destes trabalhadores, inseridos na sociedade não apenas do ponto de vista econômico. Em um cenário de crescente demanda por alimentos, é evidente a importância dos agricultores familiares para a produção agrícola. Contudo, muitos desses agricultores estão sendo excluídos do sistema, assim, torna-se crucial adotar medidas que possibilitem a permanência dos agricultores familiares no campo, aumentando sua produção. Isso contribuiria para a resolução de duas questões cruciais atualmente: a segurança alimentar e a redução da pobreza rural (Ferreira; Von Ende; Rossés; Neumann, 2018).

É a partir deste contexto que emerge o interesse em estudar como a Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado), localizada em Fraiburgo, Santa Catarina, se organiza para a produção de um dos alimentos mais básicos da dieta brasileira, o feijão. (*Phaseolus vulgaris* L.), o qual corresponde a principal fonte de proteína e de ferro de origem vegetal (Soares et al., 2006).

Entendendo que a ciência se revela na incerteza e considerado o pano de fundo apresentado,

esta pesquisa foi guiada pelo seguinte questionamento: Como está organizada a cadeia produtiva do feijão em áreas de reforma agrária em Santa Catarina a partir da ação da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a cadeia produtiva do feijão em áreas de reforma agrária em Santa Catarina a partir da ação da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado), localizada em Fraiburgo, Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Compreender o conceito de cadeias produtivas;
- Investigar a importância da reforma agrária no contexto contemporâneo
- Contextualizar a Coopercontestado;
- Descrever a cadeia produtiva do feijão na qual está inserida a Cooper contestado, destacando os principais canais de comercialização;
- Construir uma matriz FOFA da cadeia produtiva analisada

1.2 JUSTIFICATIVA

O desempenho agrônomo, para além dos aspectos técnicos, pode se manifestar através de práticas extensionistas visando a construção de conhecimentos com agricultores familiares, assentados da reforma agrária e a cultura camponesa. Nesse sentido, cria-se uma relação dialógica entre os saberes dessas famílias provenientes da agricultura familiar e camponesa e os conhecimentos técnicos que a Engenharia Agrônoma detém.

A produção de alimentos pela agricultura familiar e camponesa desempenha um papel fundamental no abastecimento das cidades, contribuindo significativamente para a disponibilidade de uma alimentação saudável para a população. Além disso, a produção em pequena escala não apenas gera renda para as famílias, mas também promove a preservação dos recursos naturais e fortalece os laços históricos e culturais entre os produtores e a terra.

No entanto, muitas vezes, esse importante contexto não é devidamente reconhecido e apreciado pelos consumidores e atravessadores. Ao longo do complexo trajeto que os alimentos percorrem até chegar às mesas, aspectos essenciais como a origem dos produtos, o diálogo, o frescor dos alimentos e a justa remuneração dos produtores podem se perder (FGV, 2017).

Dessa forma, as cooperativas de assentados conseguem acessar programas de compras institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nota-se cada vez mais que o cooperativismo tem se destacado como um modelo social e econômico de grande relevância, pois promove a geração de emprego e renda para um conjunto da sociedade historicamente excluídos das políticas públicas.

Ao longo da trajetória de expansão demográfica catarinense, ressurgem aspectos históricos ligados ao desenvolvimento regional dessas localidades situadas no Planalto Catarinense. O período de industrialização no estado, iniciou-se entre os anos de 1850 a 1914, com o predomínio de uma economia concentrada na exploração de madeira e na pecuária, com um sistema de criação extensivo resultando em baixa produtividade. Atualmente, a região ainda prossegue com essa herança histórica, mesmo com a implementação de novas atividades (Cazella; Búrigo, 2008).

Entretanto, mesmo com a implementação de novas atividades econômicas, o cenário atual nos remete à agricultura, expressamente concentrada na produção de *commodities*. Sobretudo, a exportação de produtos agrícolas, como soja (*Glycine max* L.) e milho (*Zea mays* L.), afastando-se de uma cultura agrícola fundamental para a dieta brasileira, como o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) (Maluf; Flexor, 2017).

Diante disso, a agricultura familiar e camponesa precisa desempenhar um papel protagonista na produção de cultivos alimentares tradicionais para alimentação dos brasileiros, garantindo a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

Contudo, a situação preocupante, e até paradoxal, é a de um país que sempre foi um grande produtor e consumidor de feijão, mas que, apesar da tendência de redução do consumo per capita, enfrenta uma persistente insuficiência de produção. O quadro atual é resultado de um longo processo de perda de capacidade produtiva entre os pequenos agricultores, que se encontram empobrecidos ou com acesso limitado a recursos, enquanto prevalecem dinâmicas privadas recentes voltadas para a produção capitalizada de médio e grande porte (Maluf; Flexor, 2017).

Conforme discutido por Pizarro Muñoz e Niederle (2022), a questão aborda que as organizações econômicas vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), veem os mercados como uma forma de distribuir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora, apesar da retórica contrária ao mercado. Eles enfatizam a importância do mercado institucional, mas devido à redução e/ou instabilidade de políticas públicas, é essencial diversificar os canais de comercialização dos produtos da reforma agrária tornando-se uma forma de sobrevivência. Destaca-se ainda, a fundamentação do papel das organizações camponesas como empreendedores institucionais, observando um novo tipo de ativismo político, que pode conduzir à criação de novos e aprimorados mercados adaptados à dinâmica da agricultura familiar e camponesa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A questão agrária no Brasil, está marcada por uma histórica desigualdade na distribuição de terras, sendo um dos principais desafios enfrentados pelo país. A concentração fundiária resulta em profundas disparidades sociais, onde um pequeno número de grandes proprietários detém a maior parte das áreas produtivas, enquanto milhares de famílias sem terra lutam por acesso à terra e condições dignas de produção. Esse cenário aumenta ainda mais a exclusão social e compromete o desenvolvimento rural sustentável. Dentro desse contexto, as cadeias produtivas emergem como um mecanismo crucial para a inclusão socioeconômica dessas famílias, principalmente provenientes da agricultura familiar, oferecendo oportunidades para agregar valor à produção agrícola e fortalecer a autonomia das mesmas. No entanto, a inserção dessas famílias nas cadeias produtivas enfrenta obstáculos, como a falta de infraestrutura, acesso limitado ao mercado e políticas públicas insuficientes para garantir suporte técnico e financeiro. Assim, é essencial que a reforma agrária seja articulada com estratégias que promovam a integração dessas famílias nas cadeias produtivas, visando à redução das desigualdades e ao fortalecimento do desenvolvimento rural.

Para este estudo, as pesquisas realizadas terão abordagem sobre a análise da cadeia produtiva do feijão, bem como a luta dos assentados da Reforma Agrária. Pois, a história da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado, está intimamente ligada ao movimento da Reforma Agrária e as lutas históricas dos camponeses no Brasil. No início do século XX, a região do contestado ficou conhecida pelo conflito, onde os camponeses e trabalhadores rurais lutaram contra o governo e as companhias estrangeiras pelo direito à terra (Tavares, 2006).

O conflito do Contestado ocorreu nos anos de 1912 a 1916, envolvendo camponeses, indígenas e trabalhadores rurais, que amplamente lutavam contra as forças do governo brasileiro da época e empresas estrangeiras que objetivavam construir a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande desfazendo-se das comunidades inseridas naquele local, explorando recursos e riquezas naturais e disputando terras (Tota, 1983).

Após o conflito, a luta pelo direito à terra perdurou durante décadas, especialmente com a intensificação dos movimentos de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve grande ênfase na organização dos assentamentos e na criação e consolidação das cooperativas agrícolas da região.

A fundação da cooperativa dos assentados da região do contestado emerge, como parte de esforços para organizar a produtividade agrícola de maneira cooperada e sustentável. Assim, garantindo a posse e uso coletivo da terra por direito, promovendo a inclusão social e econômica dos assentados e pequenos agricultores familiares da região, facilitando o acesso a créditos, insumos agrícolas e mercados.

Algumas iniciativas que resistem ao modelo de produção predominante demonstram que há alternativas viáveis, um exemplo disso é a Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (COOPERCONTESTADO), com sede em Fraiburgo. Em que possui uma unidade de beneficiamento de grãos em sua filial 1 e uma unidade de beneficiamento de leite em sua filial 2, localizada em Campos Novos. Atualmente, a COOPERCONTESTADO conta com cerca de 313 sócios e desempenha um papel crucial ao apoiar e organizar as famílias assentadas na região, especialmente no setor de bovinocultura de leite. A cooperativa foi fundamental na criação das linhas de produção de leite que ainda hoje são mantidas nos assentamentos que integram esse núcleo operacional (INCRA/SC, 2016, p. 39).

Segundo o último relatório disponibilizado pelo INCRA, o número de famílias assentadas no ano de 2017 em Santa Catarina foi de 5.175, com 161 assentamentos no estado, totalizando uma área de 103.636,95 hectares (INCRA/SC, 2017).

O estudo central, destaca o município de Fraiburgo inserido no meio oeste catarinense, e a relação central de lutas travadas ao longo de décadas e a resiliência das famílias assentadas e agricultores familiares em resistir ao sistema falho de distribuição de terras no país. O município de Fraiburgo foi selecionado para este estudo devido à sua relevância histórica e atual na luta pela agricultura familiar e pela Reforma Agrária. A região do Contestado, bem como Fraiburgo, possui uma trajetória marcada pela organização de movimentos sociais e posteriormente cooperativas, que há décadas atua na busca por direitos e a consolidação dos produtos da Reforma Agrária, sendo essencial para a dinâmica de produção e comercialização dos produtos provenientes das famílias inseridas no município e região.

Entretanto, à medida que a luta pela terra enfraquece por inúmeros fatores, a reforma agrária por si só é paralisada, dando margem ao latifúndio e grandes empresários avançar cada vez mais nas propriedades rurais, com seus cultivos expressamente voltados as *commodities* e exportações, sem o cuidado primordial com a segurança alimentar e subsistência dos brasileiros.

2.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Com a industrialização no final dos anos 50, a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade brasileira, e com a edição do Estatuto da Terra (Lei 4.504), em 1964 foram instituídos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), somente no ano de 1970, foram estabelecidos o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, ocorrendo a fusão do Ibra e o Inda, em que houve a criação do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2020).

O debate sobre a reforma agrária concentrou-se nos agricultores excluídos do modelo "moderno" de produção e nos trabalhadores rurais desempregados devido à modernização dos complexos

agroindustriais. Esses trabalhadores, especialmente aqueles cultivando culturas que exigem muita mão de obra, passaram a depender dos mercados locais, que são fragmentados e pouco integrados. No entanto, mesmo esses trabalhadores, localizados em áreas menos favorecidas, enfrentaram um processo crescente de modernização durante um período de abertura comercial que buscava uniformizar o desenvolvimento em áreas diversas, com isso o grande desafio para esses agricultores familiares é reinventar-se para conseguir se integrar e prosperar nos mercados (Nunes; Silva, 2023).

A internacionalização de terras, juntamente com a dinâmica e relação com as *commodities*, acelerou ainda mais o aumento da demanda por terra nos países como o Brasil, que são considerados países exportadores de bens. Portanto, isso acarretou na elevação dos preços dos ativos fundiários (no curto prazo), e com a rápida elevação dos preços das *commodities* que possuem a utilização intensiva dessas terras, incentivando a apropriação das rendas fundiárias o que modificou a lógica produtiva (Maluf; Flexor, 2017).

Um dos problemas diagnosticados pelo PNRA, identifica a problemática agrária brasileira, em que acarreta em duplo desemprego com o uso da força de trabalho rural e das terras improdutivas que são amplamente controladas pelo latifúndio. Isso acaba descartando os trabalhadores rurais e pequenos produtores dos mercados agrícolas, permitindo um grande estoque de terras, que estão em estado improdutivo e sem utilização, e que estão em apropriação ao latifúndio. Com isso a reforma agrária, pode aumentar a produção e oferta de alimentos e melhorar as condições dos trabalhadores rurais que desejam permanecer no campo (Contini, 1985).

Conforme havia a expansão do agronegócio brasileiro, trabalhadores rurais e camponeses foram amplamente descartados do novo processo de modernização técnica da agropecuária (Ramos Filho; Aly Júnior, 2005).

Segundo Zeneratti (2021), a desvalorização da Reforma Agrária nos últimos anos, impactou em uma redução na disposição do Estado em implementar políticas de reforma agrária, evidenciando o abandono da criação de assentamentos rurais. Esse fenômeno está parcialmente relacionado ao favorecimento de políticas de regularização fundiária, que beneficiam grandes proprietários de terra e grileiros, em detrimento dos camponeses.

A influência de interesses políticos tem resultado no favorecimento da regularização fundiária em detrimento das políticas de reforma agrária, o que, por sua vez, contribui para a crescente negligência da luta pela terra e da criação de assentamentos. Esse cenário é agravado pela redução do apoio estatal à reforma agrária, que está diretamente ligada à diminuição do engajamento dos camponeses na luta por terras, gerando um ciclo de desmobilização e abandono das políticas agrárias.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sua construção no Brasil entre as décadas de 70 e 80, em meio a democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária desempenhou-se um papel crucial no desbloqueio do desenvolvimento social e econômico,

fornecendo matéria-prima para a indústria moderna e alimentos para os trabalhadores. No Brasil, contudo, as transformações políticas e econômicas destinadas ao desenvolvimento do capitalismo não foram suficientes para enfrentar a persistente concentração de terras. Ao longo de cinco séculos de latifúndio, o país testemunhou numerosas lutas e resistências populares contra a exploração e a opressão fundiária, com os trabalhadores rurais enfrentando a expropriação, a expulsão e a exclusão (MST, s.d).

Desde meados do século XX, surgiram novas formas de organização na luta pela terra e pela reforma agrária, moldando o campesinato nas diferentes regiões do país. A ditadura militar consolidou um modelo agrário concentrador e excludente, promovendo uma modernização agrícola seletiva que marginalizava a pequena agricultura. O regime foi severo e violento com os camponeses, restringindo seus direitos de expressão e organização, ao mesmo tempo em que fomentava o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de agrotóxicos e a concentração de terras e subsídios financeiros para a agricultura.

A herança do modelo agrícola desenvolvido desde os primórdios do país (latifúndio, monoculturas, exportação, trabalho escravo e alto impacto ambiental) gerou a realidade dualista das grandes propriedades como epicentro do crescimento econômico, associado à uma heterogeneidade das pequenas e médias propriedades, as quais englobavam a produção para subsistência e os excedentes para o mercado interno. Com o golpe militar de 1964, o pensamento conservador impôs uma preocupação exclusiva com as questões relativas à oferta e demanda de alimentos, ignorando a questão social da reforma agrária. Assim, o país realizou uma modernização conservadora e integrou sua agricultura de forma crescente junto às principais cadeias produtivas internacionais de commodities. Com o retorno da democracia no Brasil, o modelo da economia do agronegócio seguiu como epicentro do crescimento econômico, com destaque para o complexo soja-carne. Isso continuou deixando à margem a agricultura não empresarial, representada pela heterogeneidade das ruralidades existentes no país, embora seja significativo registrar que, grosso modo, a partir de 1996 com a criação do PRONAF, a agricultura familiar vai conquistando crescentes espaços nas políticas públicas, embora de forma marginal à agricultura industrial (Muñoz, 2019, p. 127).

Com isso, a questão da Terra no Brasil é um problema enraizado durante um longo período em que permanece até os dias atuais. O País possui atualmente 50,6 mil famílias assentadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conforme os dados mais recentes do INCRA de 2023, isto representa um aumento significativo de 58,6% em relação ao período de 2016 a 2022, durante o qual 31,9 mil famílias foram beneficiadas (INCRA, 2023).

Esse contraste é evidente, no que diz respeito a concentração de terras atrelada a produção agrícola, segundo dados da CONAB (2020), nas safras de 2019/2020 se destinaram apenas aos cultivos convencionais de soja, milho e cana-de-açúcar cerca de 86% das lavouras temporárias (aquelas que se utilizam para o plantio anual de produtos agrícolas), englobando 65,4 milhões de hectares, quase que exclusivamente servindo apenas para exportação.

A expansão do agronegócio e das *commodities* resultou em uma significativa diminuição das áreas plantadas com alimentos essenciais para a alimentação dos brasileiros. Entre 2001 e 2020, a área

destinada ao cultivo de feijão reduziu-se em 23%, enquanto a área plantada com arroz sofreu uma diminuição de 50% no mesmo período. Na Região Sul, observou-se uma redução de 30% na área de cultivo de milho entre 2001 e 2020, apesar de, em âmbito nacional, a área destinada ao milho ter se expandido. Em contrapartida, no mesmo período, a área cultivada com soja registrou um aumento de 265%, passando de 13,9 milhões de hectares em 2001 para 36,9 milhões de hectares em 2020 (CONAB, 2018).

Um outro indicador relevante é a redução no número de contratos do PRONAF destinados à agricultura familiar. Entre 2003 e 2012, o número de operações voltadas ao cultivo de arroz diminuiu em 77,4%, e as operações para o cultivo de feijão reduziram-se em 81% (CONAB, 2018).

2.2 CADEIAS PRODUTIVAS

Para compreensão de um sistema organizacional agroindustrial, é necessário realizar a análise de Cadeias de Produção Agropecuária e Sistemas Agroindustriais.

Acerca dessa lógica, é necessária uma dimensão mais precisa destacando alguns itens dentro de cadeias produtivas; como o conjunto de produtos finais que serão disponibilizados ao consumidor, e os produtos da agropecuária envolvidos. Como caracterização, envolve indústria de insumos e equipamentos, agropecuária, agroindústria, indústria de alimentos e bebidas, distribuição (atacado e varejo) e o consumidor final (Miele; Waquil; Schultz, 2011).

Segundo Vial, Sette e Sellitto (2009), a agricultura pode estar conectada a setores industriais e comerciais, dependendo do crescimento da agroindústria, do mercado interno e de exportação, assim como da indústria de insumos e máquinas e das instituições de ensino e pesquisa. Essas atividades agrícolas e industriais interdependentes variam em importância na evolução do agronegócio.

De acordo com os processos de ajustamento de preços, a cadeia produtiva é assimétrica, por possuir a participação forte de intermediários na cadeia, o que provoca a elevação das margens de atacado em função da margem dos varejistas, implicando em maiores custos de transações no sistema de comercialização do produto. Isso porque, há uma transferência de renda dos consumidores finais para os agentes do sistema de comercialização de feijão, gerando um cenário preocupante, uma vez que o feijão é consumido por diversas classes sociais no Brasil, sendo seu preço mais representativo para àquelas famílias de baixa renda (Souza *et al.*, 2016).

Com relação a cadeia produtiva do feijão, possui uma coordenação específica com relação aos processos e funcionamento, incluindo os custos de transação altos e margens de lucro repassados aos agentes da cadeia, que implica em mecanismos de coordenação complexos e difíceis de adotar (Assunção; Wander, 2024). O estudo dos autores destaca o conceito de *shadow prices*, que pode ser

utilizado para ajustar os preços de bens e serviços cujo valor de mercado inclui, total ou parcialmente, os custos das externalidades, considerando processos que não podem ser controlados pelos produtores e pela indústria.

Oliveira e Wander (2023) em estudo sobre o mapeamento da cadeia produtiva de feijão, destacam o funcionamento de uma cadeia produtiva do feijão, em que os principais agentes se referem: a) indústria de insumos; b) produção agrícola; c) setor agroindustrial (cerealistas/empacotadores e indústria de processamento); d) setor de distribuição (atacadistas e supermercados).

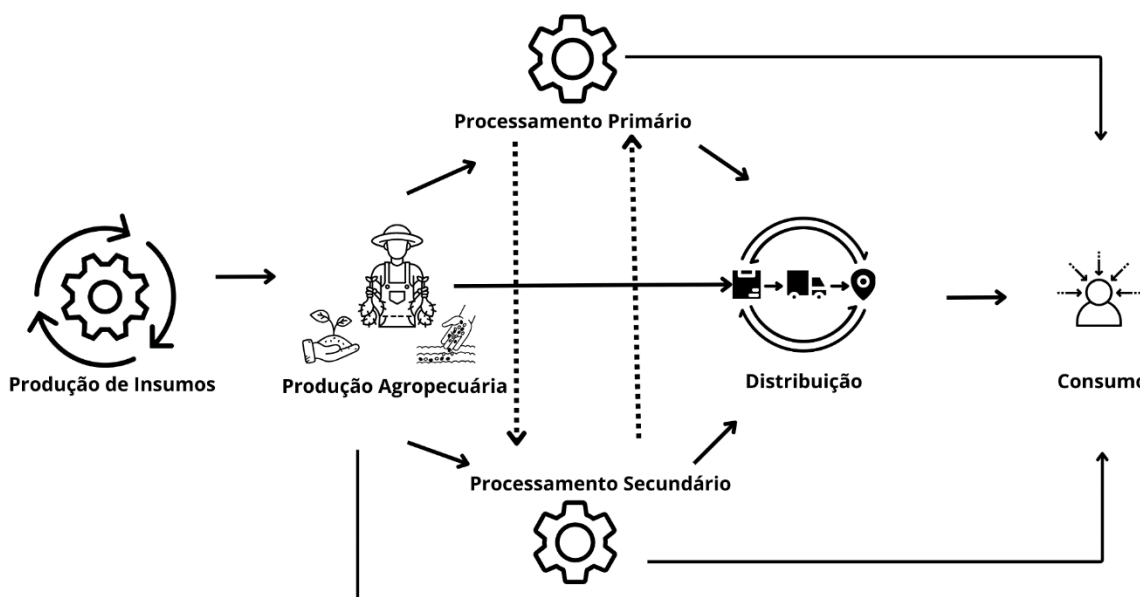
Em suma, a cadeia produtiva agrícola deve suprir o consumidor final com produtos que evidenciem a qualidade e quantidade, compatíveis às necessidades existentes e preços competitivos. Por isso, o consumidor final possui grande influência sobre os demais componentes da cadeia produtiva, visto que, detêm enorme relevância sobre as demandas do mercado consumidor e seus interesses (EMBRAPA, 2000).

2.3 DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS-CHAVE DE CADEIAS PRODUTIVAS

Em todos os setores, é crucial compreender os componentes da cadeia produtiva e examinar as relações estabelecidas entre os diferentes agentes. Essa análise possibilita identificar os pontos fortes e fracos, além dos gargalos presentes na cadeia, fornecendo informações essenciais para fundamentar intervenções, sejam elas privadas ou públicas, com o objetivo de torná-las mais eficientes e benéficas para todos os envolvidos (Ormond *et al*, 2002). Analisar a cadeia produtiva da agricultura familiar oferece uma oportunidade de aprimorar e integrar essa modalidade na cadeia agrícola. Esse estudo possibilita a obtenção de dados qualitativos e quantitativos que promovem seu desenvolvimento tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional.

A cadeia produtiva do feijão possui características de assimetria de informações. Souza *et al*. (2016) evidenciaram que, apesar de ser um alimento fundamental na cesta básica brasileira, há uma discrepância nos preços entre produtores e consumidores. Segundo os autores, os consumidores não usufruem das reduções de preços que beneficiam os produtores, sendo o mercado atacadista o principal responsável por essa distorção. Além disso, Assunção e Wander (2015) observaram que o mercado atacadista, ao reter informações, eleva os custos de transação, dificultando a coordenação eficiente da cadeia produtiva. Os custos de transação dentro da cadeia produtiva do feijão, acabam se tornando elevados, estabelecendo o aspecto de definição dos atributos do produto, como o armazenamento do feijão, transporte e empacotamento.

Figura 1 – Etapas da Cadeia Produtiva Familiar.



Fonte: Adaptado de Ormond *et al.* (2022).

A partir de uma visão adaptada por Ormond *et al.* (2022), são identificadas as etapas principais da cadeia de produção familiar:

- Insumos: segmento da cadeia produtiva dedicada à fabricação ou aquisição de mudas, sementes, adubos, fertilizantes, produtos para controle de pragas e doenças, e outros materiais essenciais para a gestão orgânica dos processos e da propriedade.
- Produção agropecuária: nas empresas agroindustriais, essa fase é focada na fabricação de *commodities*. Para os pequenos produtores, a ênfase está na criação de hortaliças e legumes, frequentemente organizados em associações, cooperativas ou pequenas empresas de processamento artesanal, que cuidam da comercialização, a partir dessa etapa, os produtos são oferecidos diretamente aos consumidores em feiras livres e agroecológicas.
- Processamento primário: cooperativas ou associações de produtores que se encarregam de coletar, selecionar, higienizar, padronizar e embalar os produtos para o consumo in natura. Parte das vendas é feita diretamente ao consumidor.
- Processamento secundário: uma ampla variedade de indústrias compõe esse segmento, incluindo diversos atores, desde pequenas e médias organizações.
- Distribuição: essa fase é crucial para os produtores, pois é onde se adquirem conhecimentos sobre as preferências dos consumidores e a quantidade de procura no mercado.
- Consumo: nesta etapa, também são considerados os consumidores institucionais como os restaurantes, lanchonetes, empresas, que, embora não definam as preferências do cliente final, possuem uma influência significativa.

A interação entre os diferentes agentes de uma cadeia produtiva funciona da seguinte forma: o produtor rural adquire sementes e insumos essenciais, como fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos, dos fornecedores. Esses materiais são então utilizados na fazenda durante o

processo de cultivo. Após a colheita, os grãos são disponibilizados para a venda. A comercialização pode ocorrer por meio de vendas diretas a intermediários, agroindústrias, atacadistas ou varejistas. Após sair da fazenda, os grãos passam por etapas de preparo antes de serem disponibilizados ao consumidor final. Esse ciclo movimenta um setor significativo no Brasil, gerando emprego e renda em cada etapa da cadeia produtiva (Oliveira; Wander, 2023).

Então, para que o setor de produção de feijão possa superar os desafios e impulsionar seu crescimento, é crucial uma maior coordenação entre os envolvidos na cadeia produtiva. Isso inclui não apenas iniciativas próprias, mas também a busca por políticas públicas eficientes que ajudem a resolver os problemas enfrentados pelo setor.

3 METODOLOGIA

Para o estudo, foi adotada a classificação metodológica apresentada por Vergara (1997), que qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, pode ser considerado exploratório e descritivo, em que consiste na condução de áreas com pouco conhecimento acumulado e sistematizado, não comportando hipóteses iniciais, podendo surgir durante ou final da pesquisa. A etapa descritiva, revela as características de uma determinada população, conforme os objetivos do trabalho. As metodologias empregadas, são abordadas na revisão da literatura para descrever os diversos recursos do assentamento.

Quanto aos meios, a pesquisa é classificada como uma pesquisa de campo, pois se trata de uma investigação empírica realizada na região de Fraiburgo onde o fenômeno ocorre. As visitas *in loco* são relevantes para o projeto, ou seja, aqueles relacionados ao cooperativismo e/ou à questão agrária, além de entrevistas com agentes e organizações que têm contato direto com o tema em si.

3.1 ESTUDO DE CASO

Em relação aos procedimentos empregados nesta pesquisa, a modalidade escolhida foi estudo de caso, por tratar-se de um estudo da Coopercontestado, com a finalidade de compreender a relação dos cooperados assentados provenientes da Reforma Agrária com a cooperativa. Esse aprofundamento foi possível, em parte, devido ao estágio obrigatório do curso de Agronomia na UFSC, Campus Curitibanos, no Centro de Ciências Rurais, realizado na própria Coopercontestado entre agosto e outubro de 2024. Essa experiência permitiu uma observação direta das práticas cooperadas e uma imersão na realidade dos assentamentos, contribuindo para uma análise mais detalhada e contextualizada das dinâmicas entre a cooperativa e seus cooperados.

De acordo com Fonseca (2002, p. 33 apud Gerhardt e Tolfo, 2008, p. 39) a análise de caso pode ser:

caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

De acordo com Gil (2008, p. 58), o estudo de caso pode beneficiar várias pesquisas e objetivos, como examinar situações da vida real, descrever um determinado contexto de investigação e esclarecer as variáveis causais de um fenômeno específico em contextos complexos. Considerando esses aspectos, a utilização do estudo de caso é uma escolha metodológica adequada para aprofundar a compreensão da relação entre a cooperativa e os agricultores familiares cooperados no município de Fraiburgo-SC.

O levantamento de dados e análise de caso requerem a seleção de ferramentas metodológicas adequadas, entre as diversas opções disponíveis, foi escolhida a aplicação de entrevistas estruturadas com agricultores familiares e camponeses e entrevistas semiestruturadas com a cooperativa. As versões dos questionários¹ e dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos encontram-se disponíveis no Apêndice A e B.

Muitas investigações, especialmente nas ciências sociais, utilizam o estudo de caso como método de pesquisa. Gil (2008, p. 57) define esse procedimento como uma análise aprofundada e exaustiva de um ou poucos objetos, possibilitando um conhecimento amplo e detalhado sobre eles. De acordo com Yin (2001, p. 32), considera-se o estudo de caso uma investigação empírica, pois examina um evento contemporâneo dentro de uma situação real, utilizando diversas fontes de evidências.

Ainda de acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas enfatizam-se aquelas que tem por objetivo as características de um grupo e também que visam descobrir as associações entre as variáveis existentes:

vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.

A caracterização do município de Fraiburgo na região meio oeste catarinense, foi realizada ao longo do trabalho de investigação, por meio de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários nas bases de dados como Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, o presente estudo também realizou o desenvolvimento de uma Matriz SWOT da cadeia produtiva do feijão. Uma Matriz SWOT ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), é uma ferramenta de análise estratégica amplamente conhecida e utilizada para avaliar

¹ Os questionários foram baseados na metodologia proposta pelo projeto Sigpex/UFSC n. 202220553, intitulado 'Estudos estratégicos para as cadeias de valor da Reforma Agrária' coordenado pelo Laboratório da Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (Lecera).

questões internas e externas. No contexto da cadeia produtiva do feijão, a Matriz SWOT pode ser aplicada da seguinte forma:

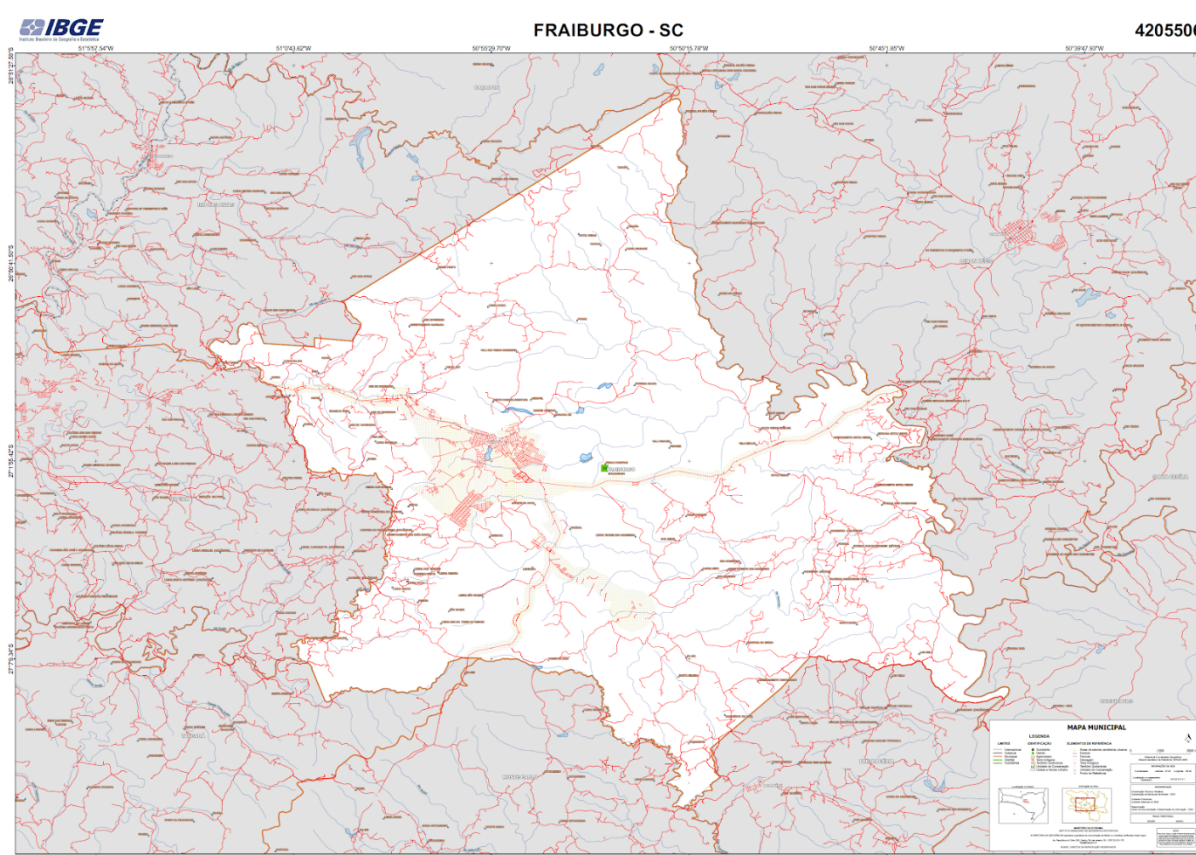
- Forças (Strengths): Adaptação, alta produtividade, qualidade do produto, consumo elevado que está presente na culinária brasileira
- Oportunidades: Demanda de comercialização do comércio interno, devido ao consumo elevado dentro do território brasileiro, novos mercados e uma expansão de exportações para países com alta demanda por feijão
- Fraquezas: Baixa competitividade, o que abre margem para a dependência de importações, falta de investimento em pesquisas e problemas logísticos
- Ameaças: Mudanças climáticas, doenças e pragas, concorrentes no mercado internacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O TERRITÓRIO

O município de Fraiburgo está localizado na região meio oeste de Santa Catarina, fazendo fronteira com os municípios de Lebon Régis, Santa Cecília, Curitibanos, Frei Rogério, Videira e Rio Das Antas. Compreendido entre as coordenadas de latitude 27°02'24" S e de longitude 50°92'29" W, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Localização do Município



Fonte: IBGE, (2020).

O município de Fraiburgo possui uma população de 33.481 habitantes, no aspecto econômico do município o PIB per capita foi de aproximadamente R\$ 34.677,27 no ano de 2021, com destaque maior para o setor agropecuário, principalmente pela produção de maçãs e grãos, sendo que o cultivo de maçãs corresponde a 51% de toda a produção catarinense e a 26% da produção nacional, esses impulsionam a economia local (IBGE, 2020).

Entretanto, segundo dados da Epagri/Cepa analisando a série histórica da safra catarinense de feijão nos últimos anos, houve um decréscimo considerável de área plantada. Segundo os dados

provenientes da safra 2022 e 2023, verificou-se que nos últimos dez anos houve uma redução de 33,5% na área plantada no Estado de Santa Catarina, conforme exposto na Figura 3, (Epagri/Cepa, 2024).

Figura 3 – Feijão – Informações de produção da cultura do feijão na 1ª e 2ª safras – 2022/23.

Municípios	Feijão 1ª safra			Municípios	Feijão 2ª safra		
	Área plant. (ha)	Prod. méd. (kg/ha)	Qtde. prod. (t)		Área plant. (ha)	Prod. méd. (kg/ha)	Qtde. prod. (t)
Mafra	2.000	2.000	4.000	Abelardo Luz	4.200	1.800	7.560
São José do Cerrito	2.000	1.800	3.600	Campo Erê	3.000	1.650	4.950
Cerro Negro	1.800	1.800	3.240	São Domingos	3.000	1.300	3.900
Fraiburgo	1.750	2.100	3.675	Ipuaçu	2.000	1.500	3.000
Abelardo Luz	1.500	2.700	4.050	Xanxerê	2.000	1.800	3.600
Lages	1.400	2.100	2.940	Ouro Verde	800	2.000	1.600
Canoinhas	1.200	2.200	2.640	Galvão	700	2.000	1.400
Campo Belo do Sul	1.000	2.200	2.200	Faxinal dos Guedes	600	2.000	1.200
Major Vieira	800	2.000	1.600	Mafra	600	1.800	1.080
Itainópolis	700	1.800	1.260	Xaxim	550	1.500	825
Demais municípios	16.515	1.948	32.170	Demais municípios	11.875	1.973	23.432
Santa Catarina	30.665	2.001	61.375	Santa Catarina	29.325	1.792	52.547

Fonte: Epagri/Cepa, (2024).

Este decréscimo que vem ocorrendo nos últimos 10 anos, também refletiu em área plantada, produtividade média e a quantidade produzida no município de Fraiburgo. No Planalto Norte Catarinense, Mafra se destaca com o cultivo de aproximadamente 2 mil hectares de feijão. Fraiburgo, se caracteriza pelo cultivo de feijão em pequenas propriedades familiares em que o cultivo de aproximadamente 1,750 hectares de feijão com a produtividade de 2.100 Kg/ha.

4.2 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM FRAIBURGO

Em consonância aos dados divulgados no relatório do INCRA sobre os assentamentos em Fraiburgo, verifica-se um esforço contínuo de reforma agrária entre 1987 e 2005, com a criação de diversos projetos de assentamento que, em sua maioria, assentaram um número de famílias próximo à sua capacidade planejada. As áreas variam significativamente, refletindo diferentes estratégias de uso da terra. A continuidade na criação de assentamentos, especialmente nas décadas de 1980 e 2000, indica períodos de políticas públicas ativas, beneficiando diretamente 276 famílias e impactando a economia local e a redistribuição de terras.

Quadro 1: Informações gerais sobre assentamentos no município de Fraiburgo.

Nome PA	Capacidade	Fam. Assent.	Área PA (ha)	Dt. Criação
Faxinal Dos Domingues I	34	34	508	01/04/1987
Faxinal Dos Domingues II	45	42	855	17/07/1987
Rio Mansinho	15	12	242,3	17/07/1987
Contestado	24	22	353	02/04/1991
Chico Mendes	40	39	486.8601	22/10/1997
Dandara	30	30	442.4886	06/02/2001
Argemiro de Oliveira	3	3	30	06/02/2001
Butiá Verde	82	77	1058.2897	21/09/2001
São João Maria II	17	17	1058.2897	27/09/2005
Número de Assentamentos	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA	
TOTAL 9	290	276	5034.2181	

Fonte: Incra, (2017).

É importante ressaltar, que em 2024 alguns assentamentos foram notificados para regularização junto ao Incra/SC, ficando sob cada família a responsabilidade para regularização, contudo, uma das lideranças comprometidas com a luta, auxilia sem gratificações e/ou pagamento esse trabalho específico em apoio às famílias.

Segundo a pesquisa in loco, do total de nove assentamentos o Butiá Verde, Faxinal dos Domingues I, Faxinal dos Domingues II, Chico Mendes, Contestado e Dandara foram os destaques em termos de comercialização de feijão e hortaliças para a cooperativa.

As lutas das famílias pelo direito à terra têm se desenrolado em meio a políticas públicas e à demora na concepção de títulos; em depoimento, uma mulher com atuação destacada no apoio às famílias assentadas, descreve a luta e sofrimento a mais de 20 anos nos assentamentos Chico Mendes e Contestado um período em que ela, seu marido e seu filho ficaram sete anos em acampamentos até a concepção de fato de um título.

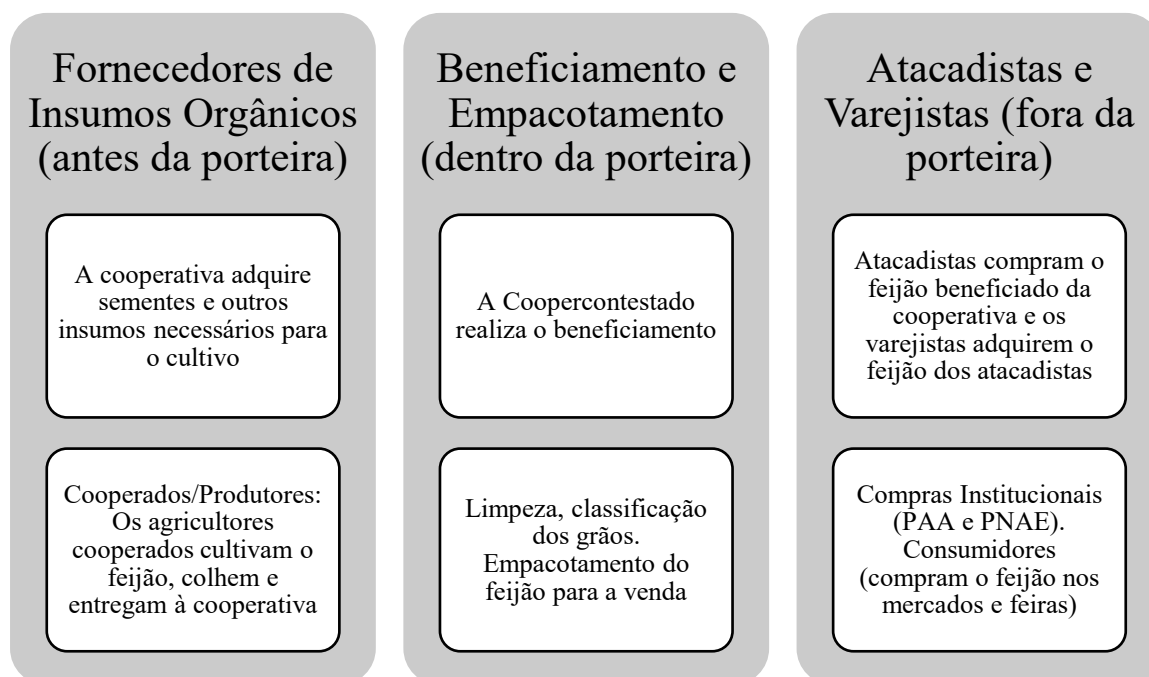
Segundo G.S. (2024), as incertezas, insegurança e preconceito fizeram com que a luta fosse mais árdua, sem apoio de familiares e sendo tratados como bandidos pela sociedade. Em relato, descreve e se emociona em recordar das noites frias e o peso em continuar, muitas vezes trabalhavam de forma terceirizada para produtores de alho da região para compartilharem o pouco que ganhavam com o restante das famílias que ali estavam lutando. Muitos desistiram ao longo do caminho e eles continuaram.

4.3 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

4.3.1 ASPECTOS DO SISTEMA PRODUTIVO

As famílias cooperadas trabalham com a produção de hortaliças, feijão, milho, cabotiá e bovinocultura leiteira. Na Figura 4 é ilustrado a sequência de ações entre os participantes da cadeia produtiva do feijão (. O setor inicial fornece os insumos necessários para os agricultores familiares cooperados para a produção, o setor intermediário envolve etapas de beneficiamento e empacotamento, já o setor final se refere a etapa de comercialização. Ressalta-se, que nesta cadeia produtiva a cooperativa desempenha papel fundamental na alimentação escolar, fornecendo feijão diretamente para programas como PNAE e o PAA.

Figura 4 – Cadeia produtiva do feijão na Coopercontestado.



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

A cadeia produtiva do feijão, é dividida em três fases principais: fornecedores de insumos (antes da porteira), beneficiamento e empacotamento (dentro da porteira), e atacadistas e varejistas (fora da porteira). Na primeira fase, a cooperativa adquire insumos, como sementes, adubos e insumos em geral e os agricultores cooperados realizam o cultivo e a colheita, entregando o feijão à cooperativa. Em seguida, na fase de beneficiamento e empacotamento, a Coopercontestado realiza a limpeza, classificação e empacotamento dos grãos, preparando-os para o mercado.

Conforme a Figura 5, o plantio do feijão é realizado pelos agricultores familiares em pequenas áreas, estando este lote em específico inserido no assentamento Dandara.

Figura 5 – Área destinada ao plantio de feijão no Assentamento Dandara



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Após a colheita, a cooperativa, que possui instalações e infraestrutura adequadas, assume a responsabilidade pelo beneficiamento dos grãos. Conforme relatado pelos diretores, a área destinada ao cultivo de feijão foi reduzida ao longo dos anos, e os estabelecimentos de envase se tornaram escassos na região.

Assim, no diálogo com os cooperados e com a transferência da linha de laticínios para outro município, constatou-se a necessidade de qualificar o processo produtivo. Dessa forma, foram implementados sistemas de secagem, armazenamento, beneficiamento e empacotamento de grãos, garantindo maior autonomia, a fim de ampliar o atendimento da demanda estabelecida pelo mercado institucional de alimentos e com o propósito de conectar os pequenos produtores e consumidores, garantindo a qualidade dos alimentos e promovendo a valorização da agricultura familiar.

Como apresentado na Figura 6, a unidade processadora do feijão, conta com máquina de limpeza que separa os materiais indesejáveis garantindo uma uniformidade melhor, posteriormente segue para a secagem, onde são realizados testes com o medidor de umidade e após a obtenção de sementes homogêneas e uniformes seguem para a empacotadora automática, em que possui embalagens com a marca Terra Viva (marca patenteada do MST).

Figura 6 – A) Máquina de limpeza; B) Medidor de umidade; C) Empacotadora automática; D) Embalagens com a marca Terra Viva.



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Por fim, o feijão é adquirido por atacadistas e, posteriormente, por varejistas, tornando-se acessível aos consumidores finais em mercados e feiras. Esse processo destaca a importância da cooperativa na integração e valorização dos pequenos produtores, facilitando a comercialização e agregando valor ao produto, desempenhando um papel crucial ao intermediar a venda dos grãos beneficiados, garantindo que o feijão cultivado pelos pequenos produtores chegue aos consumidores finais com qualidade.

4.3.2 ESTUDO DE CASO DA COOPERCONTESTADO

Segundo Fábio Alipio, Diretor Financeiro da Coopercontestado, um dos primeiros assentamentos estabelecidos durante o processo de ocupação ocorreu entre os anos de 1985 e 1987. Inicialmente, as famílias estavam em Abelardo Luz, organizadas em colaboração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Posteriormente, essas famílias foram transferidas para Fraiburgo, onde foram constituídos os assentamentos Faxinal 1, Faxinal 2, Rio Mansinho, Lebon Régis,

Fraiburgo, Monte Carlo e Lebon Régis. Desde 1987, surgiu a necessidade de organizar cadeias produtivas e comercializar a produção dos assentados e agricultores familiares. Nesse contexto, iniciou-se o engajamento em discussões nacionais voltadas à criação de cooperativas regionais.

Em 30 de outubro de 1997, foi fundada a Coopercontestado, constituída majoritariamente por assentados da reforma agrária e alguns agricultores familiares, contando inicialmente com 97 associados no município de Fraiburgo, mas com abrangência regional, incluindo os municípios de Lebon Régis, Curitiba e Campos Novos. Enfatizando que estes quatro municípios formaram a base da cooperativa.

Naquela época, Campos Novos possuía uma cadeia leiteira organizada, Fraiburgo se destacava na produção de grãos, como feijão, milho e frutas de caroço, cuja comercialização ocorria por meio de atravessadores, acarretando perdas de 2 a 3 safras, com prejuízos financeiros para os produtores. Diante dessa situação, surgiu a necessidade de uma organização para comercializar esses produtos, o que levou à criação da Coopercontestado. O nome da cooperativa remete à região do Contestado, próxima a Taquaruçu, local histórico da Guerra do Contestado.

Nos primeiros anos, o projeto de instalação da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado, em Fraiburgo concentrou-se na criação de uma beneficiadora de feijão e uma unidade para processamento de frutas de caroço, atendendo, inicialmente, às 97 famílias associadas. Em 1998, a cooperativa expandiu, passando a contar com 150 associados, em sua maioria oriundos de assentamentos da reforma agrária.

A luta pela terra, que remonta a 1979, foi intensificada pelo movimento, que emergiu após diversas batalhas, como a Guerra do Contestado, e que defende a terra como um bem coletivo, em oposição aos latifúndios monocultores. O movimento, portanto, não se restringe à luta pela terra, mas abrange também o direito à saúde, educação e uma vida digna, buscando garantir o auto sustento das famílias, a produção de alimentos e a geração de renda.

Uma das distinções fundamentais entre o cooperativismo praticado nas cooperativas ligadas ao MST e às grandes cooperativas está no envolvimento dos associados no processo decisório. Nas cooperativas da Reforma Agrária, os associados participam ativamente das assembleias, discussões e planejamento, contribuindo para a construção da cooperativa e, posteriormente, integrando-se a ela.

O objetivo inicial é discutir, planejar e executar ações, com os associados também assumindo papéis no conselho administrativo, conselho fiscal ou na coordenação regional.

A Coopercontestado estrutura suas principais linhas de atuação a partir das demandas dos associados. Um exemplo é a cadeia do feijão, cujo objetivo inicial foi desenvolver um processo de industrialização, rotulagem, embalagem e comercialização do produto. A cooperativa trabalha com diversas cadeias produtivas, sempre priorizando o planejamento conjunto com as famílias no início do período de produção. Esse planejamento envolve a organização da produção e, ao final, a colheita e comercialização dos produtos.

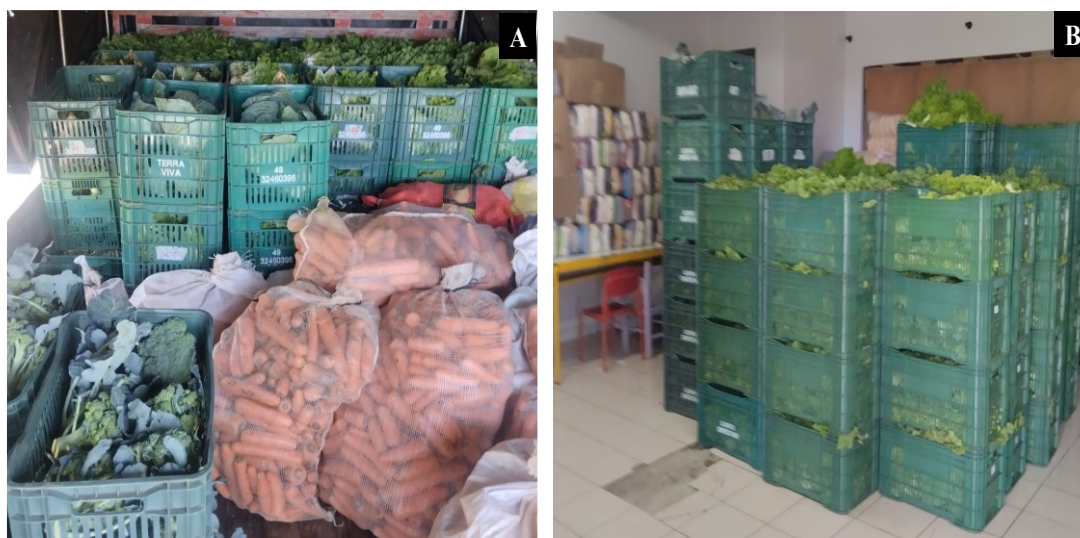
Outro objetivo da cooperativa é organizar a compra de insumos, sementes e produtos agropecuários conforme a demanda dos associados, com o conselho administrativo e gestor considerando essas necessidades. A cooperativa não apenas planeja com as famílias, mas também organiza a cadeia de produção e o conselho administrativo tem o papel de executar o planejamento acordado, preocupando-se com o bem-estar das famílias associadas, considerando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais.

As cadeias produtivas da cooperativa são orientadas para a produção de alimentos saudáveis e diferenciados, com parte da produção certificada e outra parte sem certificação formal, mas sempre com o compromisso de minimizar o uso de agrotóxicos. Isso contrasta com as práticas das grandes empresas que se apropriam do nome "cooperativa".

A Coopercontestado monitora os associados, assegurando que os produtos oferecidos ao consumidor final sejam diferenciados e de qualidade. Assim, evitando a transformação das propriedades em monoculturas, como as de soja ou milho, destacando a importância de diversificar a produção para garantir segurança econômica às famílias e evitar o êxodo rural. Atualmente, a Coopercontestado possui seis cadeias produtivas organizadas: leite, feijão, suco, carnes, hortaliças e frutas (Alípio, 2021).

A preocupação com a sustentabilidade, produtos com qualidade nutricional e renda das famílias, é evidente através das lutas dos protagonistas do movimento, em conjunto com os assentados da região do contestado. Na Figura 7, está elucidado o trabalho das famílias junto a cooperativa, entregando produtos do PAA e entrega no CRAS do bairro São Miguel em Fraiburgo.

Figura 7 – A) Caminhão com os produtos; B) Produtos entregue ao CRAS – São Miguel

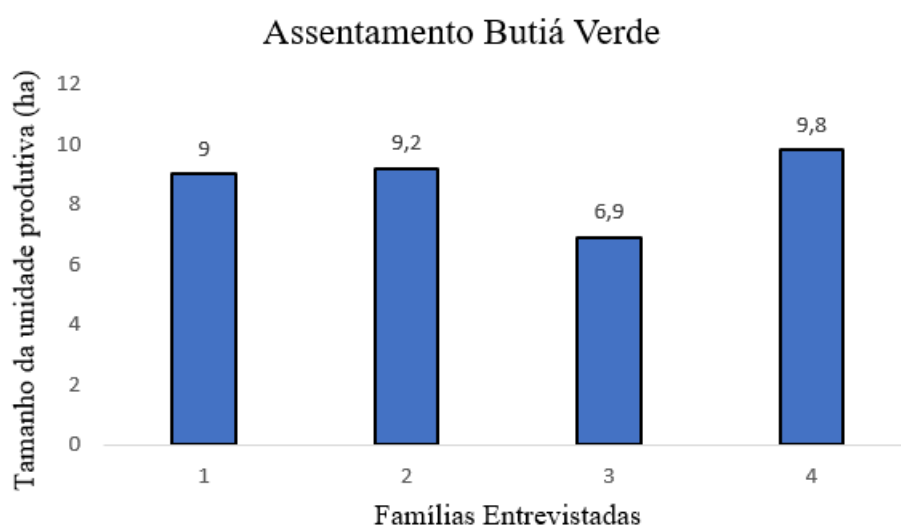


Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

4.3.3 ASPECTOS PRODUTIVOS NOS ASSENTAMENTOS

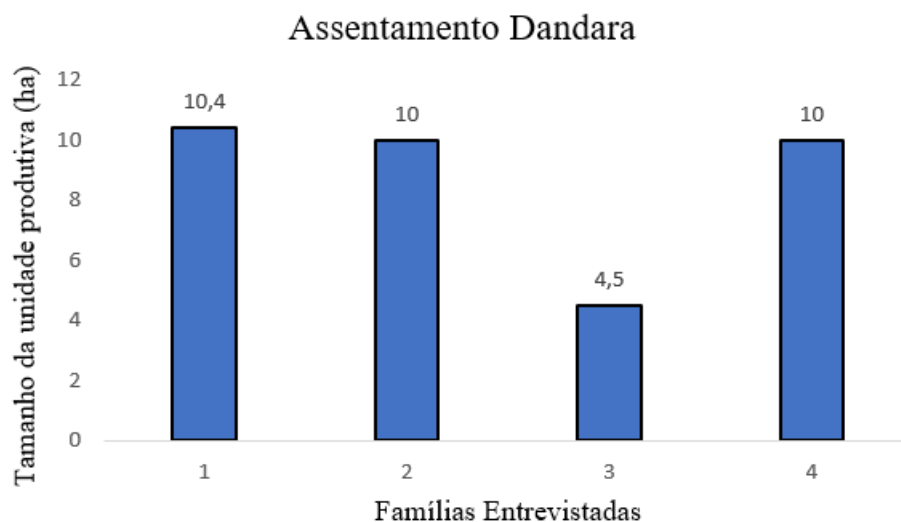
As unidades produtivas associadas à Coopercontestado nos municípios de Fraiburgo e região, são tipicamente ligadas à agricultura familiar. Em geral, são estabelecimentos com menos de quatro módulos fiscais, que utilizam em sua grande maioria mão de obra familiar e que produzem para o autoconsumo e para a comercialização. Sobre o tamanho da área produtiva, a maioria dos agricultores possui lotes de terra de até 20 hectares.

Figura 8 – Área das unidades produtivas no Butiá Verde.



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

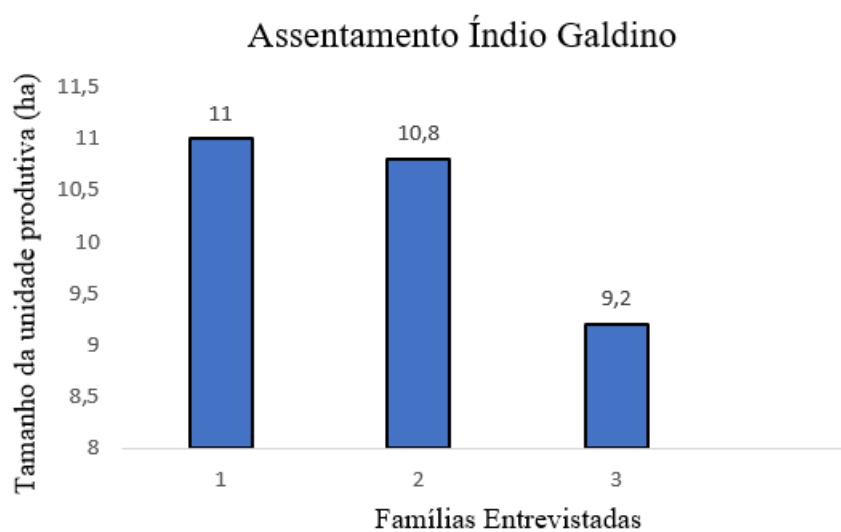
Em relação a área das unidades produtivas, quando questionados, as famílias inseridas no Assentamento Butiá Verde (Figura 8) relataram o tamanho da unidade produtiva em hectares, sendo de 9 hectares até 9,8. Observa-se que o assentamento possui o maior número de famílias associadas à Coopercontestado, entretanto nem todas foram entrevistadas, sendo possível entrevistar quatro famílias inseridas nesta área.

Figura 9 – Área das unidades produtivas no Dandara.

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Para o assentamento Dandara (Figura 9) localizado a 32 km de distância da Coopercontestado, as famílias entrevistadas quando questionadas sobre o tamanho da unidade produtiva, relataram um total entre 4,5 hectares a 10,4 hectares.

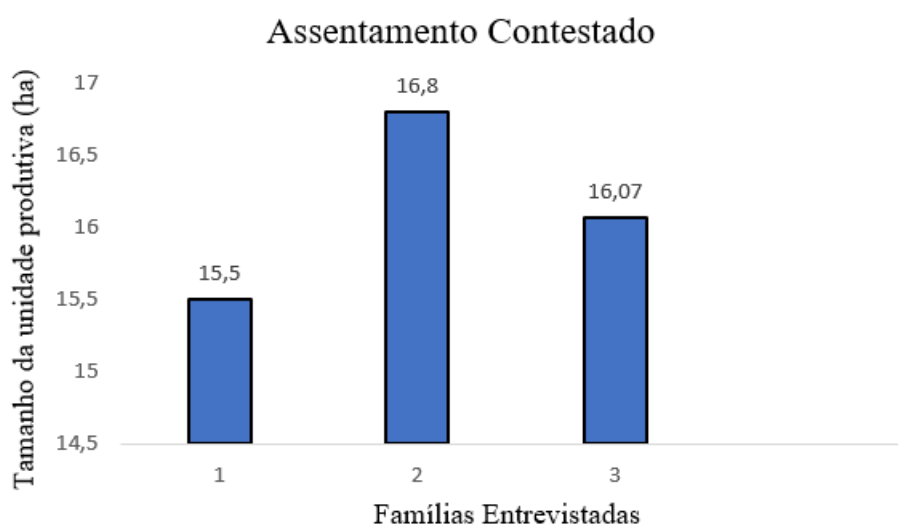
Por sua vez, na Vila Arlete teve apenas uma família a qual relatou que possui um tamanho de 6 hectares da unidade produtiva.

Figura 10 – Área das unidades produtivas Índio Galdino.

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

E sobre a área das unidades produtivas, quando questionados, as famílias inseridas no Assentamento Índio Galdino (Figura 10) relataram o tamanho da unidade produtiva em hectares, sendo de 9,2 até 11 hectares.

Figura 11 – Área das unidades produtivas Contestado.



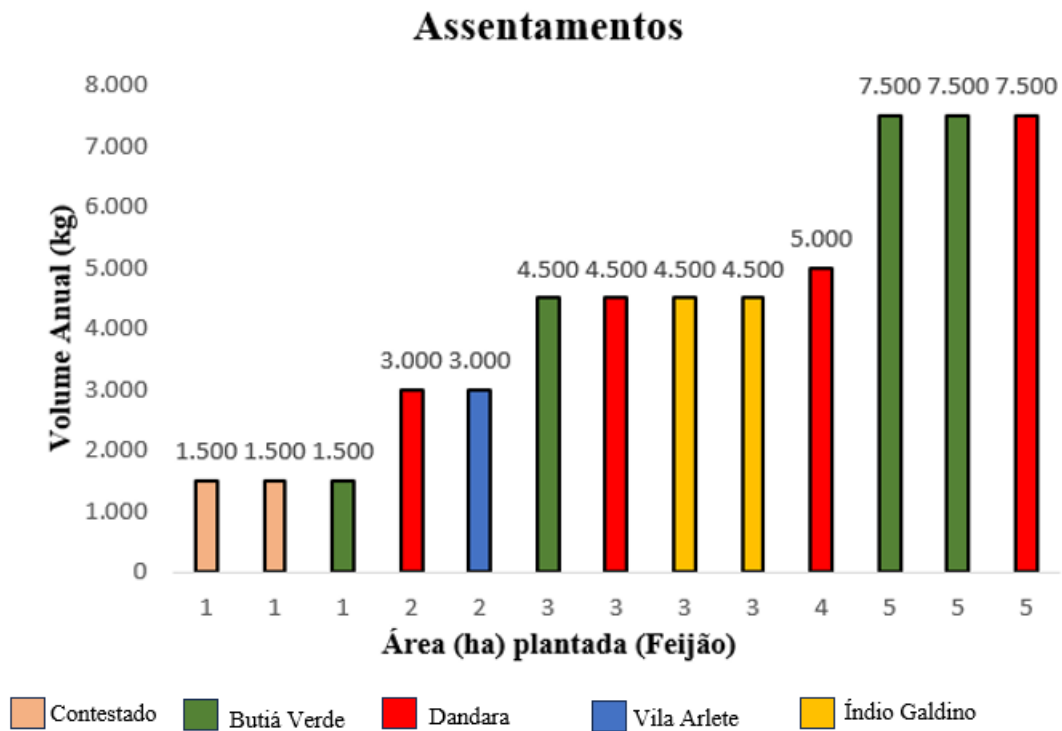
Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

De acordo com o exposto na Figura 11, sobre a área das unidades produtivas, quando questionados, as famílias inseridas no Assentamento Contestado relataram o tamanho da unidade produtiva em hectares, sendo de 15,5 até 16,8 hectares. Observa-se que o Contestado foi o assentamento com maior área de unidade produtiva, com relação as famílias submetidas ao questionário.

Embora, a amostra da pesquisa tenha sido pequena em função de ser um estudo de caso, as informações obtidas através de entrevistas semi estruturadas com as famílias nos assentamentos, indicam que mesmo em áreas menores os agricultores possuem a preocupação em produzir hortaliças, cereais para consumo e autossustento.

Com relação ao volume anual produzido, a Cooperativa é responsável pelo beneficiamento e comercialização do mesmo. Conforme exposto na Figura 12, mostram os volumes anuais produzidos pelas famílias entrevistadas nos Assentamentos.

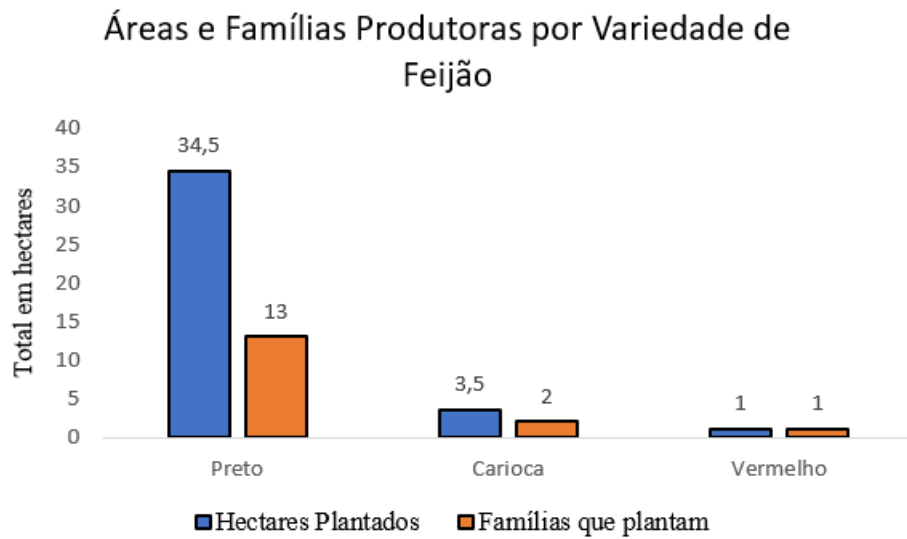
Figura 12 – Volume Anual (Kg).



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Conforme as informações apresentadas na Figura 12, o volume anual produzido de feijão, pelas famílias assentadas, varia de 1.500 Kg até 7.500 Kg, contabilizando todas as variedades, como feijão preto, carioca e vermelho. Na Figura 13, demonstra o total da área em hectares, o número de famílias entrevistadas que produzem as respectivas variedades.

Figura 13 – Distribuição das Áreas Cultivadas e Famílias Produtoras por Variedade de Feijão em Assentamentos.

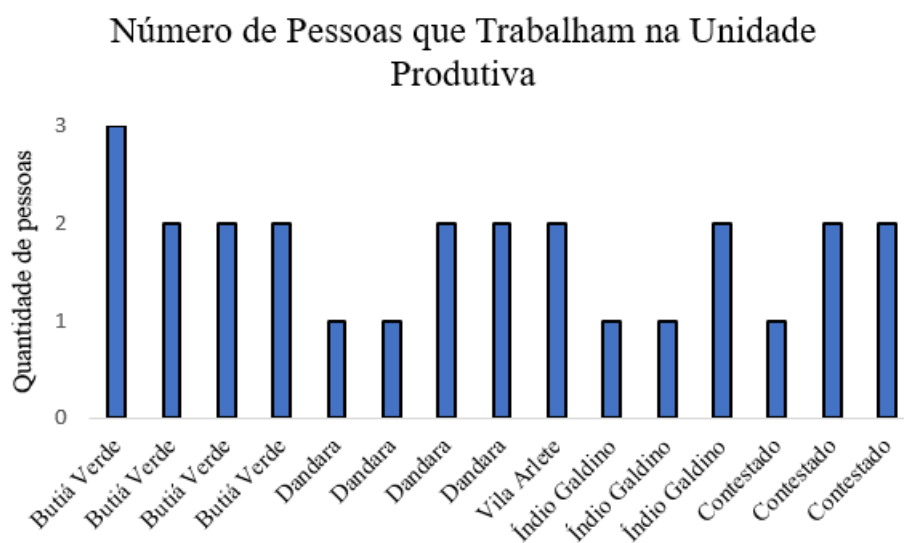


Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Dentre as diferentes variedades de feijão, verifica-se o predomínio do feijão preto entre as famílias entrevistadas, com um total de 34,5 hectares cultivados por 13 produtores (Figura 13). Apenas duas famílias informaram plantar feijão carioca, totalizando 3,5 hectares, cultivado juntamente com o feijão preto. Quanto ao feijão vermelho, apenas uma família da Vila Arlete declarou plantar essa variedade, com uma área de 1 hectare.

4.3.4 ASPECTOS SOCIAIS

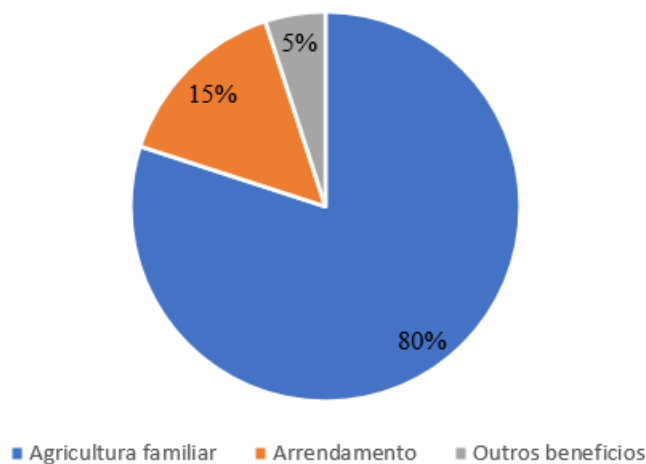
A mão de obra caracteriza-se por ser predominantemente familiar, variando entre uma a três pessoas (Figura 14).

Figura 14 – Pessoas que trabalham em cada Assentamento.

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

As famílias entrevistadas no assentamento Butiá Verde relataram que as unidades produtivas contam com a participação de dois a três membros da família. No assentamento Dandara, duas famílias informaram que apenas uma pessoa trabalha na unidade produtiva, devido à mudança de outros integrantes para Campos Novos, enquanto outras duas famílias atuam com dois membros em cada unidade, assim como ocorre na Vila Arlete. No assentamento Índio Galdino, duas famílias relataram que apenas uma pessoa trabalha na unidade produtiva, sendo que, em ambos os casos, problemas de saúde de outros integrantes limitam a participação.

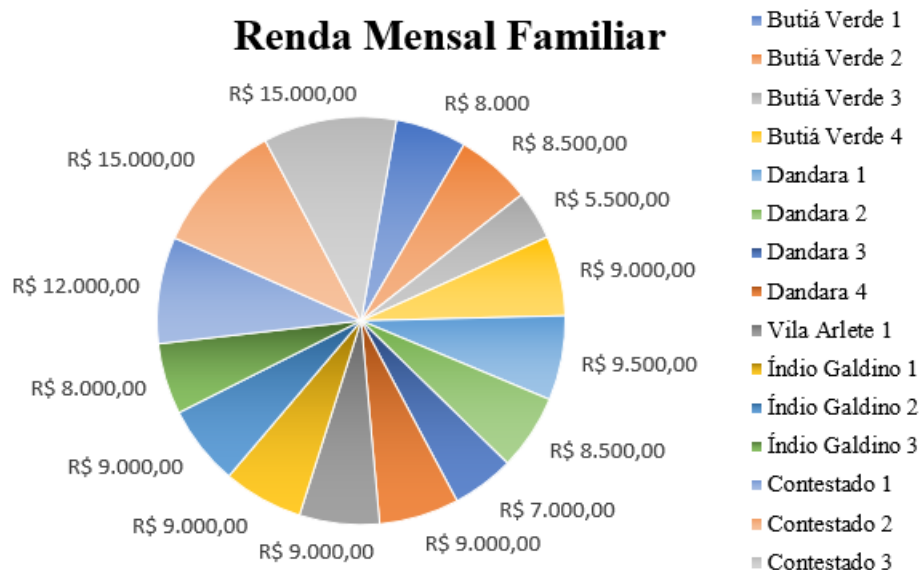
Em contrapartida, uma família destacou o trabalho conjunto entre o casal. No assentamento Contestado, duas famílias mencionaram que contam com dois trabalhadores por unidade produtiva, enquanto uma família indicou ter apenas um trabalhador, também devido a questões de saúde. Em todas as famílias entrevistadas, observou-se a falta de mão de obra em períodos de safra, sendo necessário a contratação terceirizada.

Figura 15 – Renda Familiar.**Fonte da Renda Familiar**

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Em relação a distribuição da renda familiar (Figura 15), 80% das famílias entrevistadas nos assentamentos vivem com a renda proveniente da agricultura familiar, englobando as produções de hortaliças, feijão, milho, cabotiá, enquanto os outros 20% declararam um complemento em seus ganhos, por meio de arrendamento e outros benefícios sociais.

Ainda, sobre a renda mensal familiar (Figura 16), os entrevistados dos assentamentos informaram seus ganhos, incluindo valores provenientes de arrendamentos e outros benefícios para cada família.

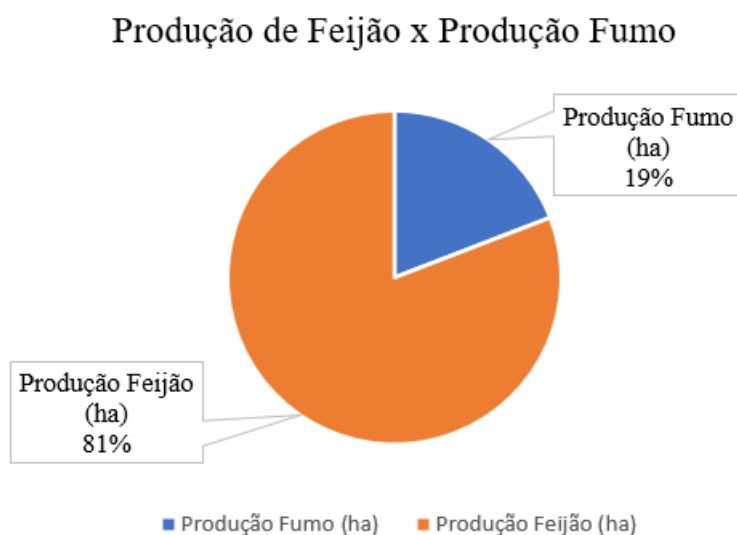
Figura 16 – Renda Mensal Familiar.

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

A renda das famílias é proveniente principalmente da produção de hortaliças e arrendamento de suas terras. Entretanto, muitas famílias relataram optar pelo cultivo de fumo devido à sua maior lucratividade em comparação ao feijão, especialmente pelo suporte fornecido pela empresa Alliance One, que oferece insumos e assistência técnica. Essa estrutura configura uma relação de dependência e subordinação dos agricultores familiares a um monopólio: com apenas uma empresa controlando a compra e fornecimento dos insumos e serviços técnicos necessários, os produtores ficam sujeitos às condições e políticas estabelecidas por essa única compradora.

De acordo com o apresentado na Figura 17, cinco famílias mencionam o cultivo de fumo como forma de aumentar a renda e diminuir os riscos enfrentados com o cultivo do feijão nos últimos dois anos, devido às condições climáticas. Este cenário, exemplifica as projeções sobre a inserção do fumo nos assentamentos de Reforma Agrária, em comparação ao cultivo de feijão, antes muitos produtores relutavam em plantar fumo, devido às práticas não sustentáveis e riscos à saúde, entretanto devido às necessidades sociais e econômicas dessas famílias, esta realidade dentro dos lotes de assentamento da Reforma Agrária vem mudando.

Figura 17 – Produção de Feijão e Fumo nos Assentamentos.



Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Essa relação de monopólio impacta as estratégias de maximização de renda das famílias, que encontram maior rentabilidade no cultivo de fumo, mas enfrentam riscos significativos, como a vulnerabilidade a variações de mercado e a possível imposição de condições contratuais desfavoráveis.

Além disso, essa dependência limita a autonomia dos agricultores para diversificar a produção, ampliando o risco econômico e os potenciais impactos sociais e ambientais associados ao cultivo

contínuo de uma única cultura. A empresa, por sua vez, utiliza estratégias específicas para atrair pequenos produtores, aproveitando-se das condições sociais e econômicas dos assentamentos, o que reforça essa relação de dependência.

De acordo com as famílias entrevistadas, nenhuma recebe assistência técnica durante o período de safra, pois antes contavam com a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A assistência técnica é outro fator muito importante para a sustentabilidade das unidades produtivas da agricultura familiar e pequenos produtores, segundo os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), indicam que a maioria dos estabelecimentos, especialmente os da agricultura familiar, não é contemplada por esse tipo de serviço, ficando a responsabilidade de contratos de técnicos por cada família.

4.5 MATRIZ FOFA

No contexto da cadeia produtiva do feijão, a Matriz FOFA pode ser visualizada a partir do quadro 2.

Quadro 2: Matriz FOFA da cadeia produtiva do feijão.

Fatores Internos	Pontos fortes da produção de feijão nos Assentamentos de Reforma Agrária		Fraquezas da produção de feijão nos Assentamentos de Reforma Agrária
	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação • Segurança Alimentar • Qualidade do Produto • Diversidade (feijão preto, carioca e vermelho) • Consumo elevado na dieta dos brasileiros 		<ul style="list-style-type: none"> • Baixa Competitividade • Falta de mão de obra • Depende de exportações • Declínio de incentivo em se produzir feijão em comparação à outros grãos • Pesquisas e investimento em PP voltadas a AF
Fatores Externos	Oportunidades da produção de feijão nos Assentamentos de Reforma Agrária		Ameaças da produção de feijão nos Assentamentos de Reforma Agrária
	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda Interna • Aumento do consumo em outros países • Novos mercados (venda online, entregas de cestas, feiras locais com produtos de qualidade) 		<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças climáticas • Doenças e pragas • Concorrência de mercado internacional • Por razões econômicas, houve uma mudança de tradição, com a escolha de cultivar fumo em pequenas áreas em vez de feijão

Fonte: Elaborada pela autora, (2024).

Analisando a Matriz Fofa, é possível planejar e projetar soluções mais competitivas e eficazes, nesse sentido, os pontos fortes estão relacionados a adaptação que o feijão possui a diferentes climas e solos, garantindo de forma ampla a segurança alimentar dos brasileiros. Isso porque, a diversidade genética desempenha um papel importante na estabilidade produtiva, permitindo que cada região tenha variedades cultivadas adequadas às suas condições climáticas específicas, como é o caso do Sul e a região do Contestado. O feijão é símbolo da culinária brasileira e está presente no prato dos brasileiros e fazendo parte crucial na merenda escolar.

De acordo com as oportunidades, a expectativa é que a demanda interna cresça, por fatores ligados ao aumento populacional e a busca por alimentos mais saudáveis na dieta, o feijão é uma leguminosa rica em ferro e proteína e também está inserido em programas de alimentação escolar, garantindo nutrientes na merenda de crianças e adolescentes. O Brasil possui grande potencial para expandir suas exportações de feijão, impulsionado pelo aumento da demanda global, especialmente nas regiões da Ásia e da África, onde o consumo desse grão tem se mostrado em crescimento constante. Com sua diversidade de variedades e capacidade produtiva, o país pode se consolidar como um importante fornecedor para esses mercados internacionais. Além do potencial crescente interno e externo, novos mercados foram alavancados no período pós pandemia, com o uso de vendas online para

facilitar o acesso a produtos da agricultura familiar à consumidores que preferem a praticidade no dia a dia.

Analisando as fraquezas, nos deparamos com a baixa competitividade associado à baixa produtividade, pois o Brasil possui baixa produção em comparação a outros países, impactando em oscilações de mercado, com altos custos de produção e conseqüentemente afetando a competitividade.

Durante as entrevistas nos Assentamentos da Reforma Agrária, as famílias relataram a falta de mão de obra, e isto vem afetando a produção de feijão em pequenas áreas, isto porque a contratação é de forma terceirizada e o pagamento segundo relatos é de R\$ 100,00 por dia trabalhado.

Outra fraqueza é a dependência de exportação, embora seja um dos principais produtores mundiais de feijão, o Brasil ainda precisa recorrer à importação para suprir o consumo interno, principalmente em períodos de safras abaixo do esperado. Fatores como variações climáticas, limitações na área de cultivo e desafios logísticos influenciam essa necessidade de importação, especialmente em anos de baixa produtividade, garantindo a estabilidade do abastecimento nacional e atendendo à exigências de exportação.

Em comparação com outros grãos, a produção e exportação de feijão apresentam uma tendência de declínio, em parte devido à maior rentabilidade econômica da soja e do milho, que acaba ocupando áreas de cultivo que poderiam ser dedicadas ao feijão. A preferência por essas culturas é impulsionada pela alta demanda no mercado global, facilidade de mecanização e incentivos financeiros, tornando o cultivo de feijão menos atraente para muitos produtores. Além disso, o feijão enfrenta desafios de produtividade e custos de produção elevados, o que limita ainda mais sua competitividade.

O investimento em pesquisas e políticas públicas externas à agricultura familiar e aos pequenos agricultores tem diminuído. Alterações nas políticas públicas que influenciam o agronegócio, como ajustes em subsídios, crédito agrícola e regulamentações ambientais, podem impactar profundamente a cadeia produtiva do feijão, afetando desde a previsão econômica até a segurança alimentar.

As ameaças, estão relacionadas a fatores como mudanças climáticas, aumento de doenças e pragas, e maior concorrência no mercado internacional, o cultivo de feijão tem perdido espaço para outras culturas mais rentáveis. Em áreas pequenas em que estão inseridas as famílias da agricultura familiar, muitos agricultores são substituídos pelo plantio tradicional de feijão pelo cultivo de fumo, uma alternativa economicamente mais viável. Essa mudança reflete as pressões econômicas e as dificuldades de manter a produtividade do feijão diante dos desafios ambientais e do custo crescente de controle de pragas e doenças. Como resultado, a tradição de cultivo do feijão tem sido gradualmente aumentada, impactando não apenas a economia local, mas também insegurança alimentar e saúde dos pequenos agricultores.

Analisando a Matriz FOFA, juntamente com as entrevistas Semi Estruturadas, sabe-se que os agricultores percebem que a cooperativa desempenha um papel fundamental na sustentabilidade de suas

unidades produtivas, principalmente no que diz respeito ao aumento da renda, ao acesso às políticas públicas através do PNAE e PAA e à entrada no mercado. No entanto as incertezas do produtor principalmente da agricultura familiar, estão ligadas à sua rentabilidade e lucratividade visando o mercado, por isso, a necessidade em se retomar políticas públicas eficazes para a permanência do cultivo do feijão em pequenas áreas, voltando com o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para essas famílias assentadas, a promoção e aumento de lucratividade em se produzir feijão, sem submeter-se ao cultivo de fumo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado é oriunda de muitas lutas e discussões das famílias assentadas em assentamentos da Reforma Agrária no município de Fraiburgo e região, com o objetivo de organização e comercialização de seus produtos frente ao mercado.

A cadeia produtiva do feijão é organizada, pois os produtores cooperados produzem e a cooperativa possui o sistema de limpeza, beneficiamento e embalagem do mesmo. Esses produtos chegam a redes varejistas e programas de alimentação escolar na região Sul, e está avançando para a região sudeste.

O perfil das unidades produtivas cooperadas no município de Fraiburgo-SC e região é caracterizado pela agricultura familiar, que, para manter a previsão de suas atividades, depende de um conjunto de serviços essenciais, como a mediação no acesso a políticas públicas e apoio à comercialização. Esses serviços desempenham um papel fundamental na sustentabilidade das unidades produtivas. Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não foi avaliar a qualidade e a eficácia desses serviços, mas sim mapear sua presença com base nas percepções dos agricultores e dos gestores da cooperativa.

Durante o estágio obrigatório e coleta das entrevistas semi estruturadas houve limites da pesquisa, em que os recursos para acessar todos os assentamentos de famílias cooperadas a Coopercontestado ficou inviabilizado, por questões de recursos e tempo disponível para que gestores pudessem acompanhar em cada entrevista.

Em contrapartida, o estudo mostrou a resiliência das famílias assentadas em resistir e permanecer com atividades agroecológicas e também com a produção de feijão preto, que são destinados a merenda escolar e outros mercados. Mesmo havendo empresas que oferecem uma lucratividade maior com a produção de fumo, as projeções para que permaneça o cultivo do grão está atrelado a incentivos de políticas públicas eficazes e ampliação de mercado, para evitar que os agricultores familiares sejam condicionados a plantar fumo ao invés de feijão, perdendo a liberdade de escolher cultivos mais alinhados com suas necessidades e valores sociais, garantindo assim a segurança alimentar.

Assim, com base nas análises teóricas e nos dados das entrevistas, recomenda-se que trabalhos futuros ampliem a coleta de informações nessa área de pesquisa, trazendo maior visibilidade às famílias assentadas que, muitas vezes, permanecem invisíveis, mas que desempenham um papel crucial para garantir alimentos saudáveis e contribuir para a segurança alimentar de todos.

REFERÊNCIAS

- AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (org.). **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v. 14, n. 2, nov. 2018. Disponível em: <https://www.agriculturesnetwork.org>. Acesso em: 12 set. 2024.
- ASSUNÇÃO, P. E. V.; WANDER, A. E. Desenvolvimento histórico da cadeia produtiva de feijão-comum: questões institucionais. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 54, eie012023, 2024.
- CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz. A extensão rural no contexto da agricultura familiar: desafios e perspectivas. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed15.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2024.
- CONTINI, E. Reforma Agrária: PNRA - realidade ou utopia? **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 503-514, out./dez. 1985.
- DE OLIVEIRA, Gilmar Martins; WANDER, Alcido Elenor. Mapeamento da cadeia produtiva do feijão-comum no Brasil. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 14, n. 32, p. 96-122, 2023.
- EPAGRI. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2022-2023. Florianópolis: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa, 2023.
- FABRINI, J. E.; LUZ, J.A.S.; LACERDA, C.L. A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo Projeto Lumiar. **Revista Nera**, n. 3, v. 3, p. 68-94, 2000.
- FERREIRA, G. M. V. et al. O cooperativismo como estratégia de inserção dos assentados da reforma agrária nos mercados dinâmicos: o caso da COPERTERRA. **Revista de Administração da UFSM**, v. 11, n. 5, p. 1164-1181, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273458852002>. Acesso em: 04 ago. 2024.
- FILHO, Luiz Octávio Ramos; JUNIOR, Osvaldo Aly (orgs.). Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. 134 p.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.
- Guia de acesso a Mercado para Cooperativas. São Paulo, 2017. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/bnm_guia-acesso-mercado_final.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/fraiburgo/panorama>. Acesso em: 31 de out. 2024
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária SR 10 Santa Catarina. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 11 set. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA/SC). Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina – SR (10). Termo de referência para renovação dos contratos de ATER, Contrato/SC 7.000/2012 e Contrato/SC 8.000/2012 entre INCRA/SC e COOPTRASC. V Termo Aditivo. Vigência: 11 mar. 2016 a 10 mar. 2017. São José, SC, 2016.

LOEBENS, Breno José. Economia agrícola familiar e a centralização do capital. Florianópolis: EdUFSC, 2009. (Categoria: Ciências Sociais Aplicadas).

MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (orgs.). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHULTZ, Glauco. Mercados e comercialização de produtos agroindustriais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

Pizarro Muñoz E.F.; Niederle, P. **Ativismo político para a construção de novos mercados alimentares: uma análise institucional comparada entre Brasil e Chile**. Agrociencia Uruguay. 2022, vol.26, n. nspe3, e961. Epub 01-Dic-2022. ISSN 2730-5066. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S2730-50662022000503304&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 set. 2024.

SCHULTZ, Glauco; WAQUIL, Paulo Dabdab (Org.). Políticas públicas e privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 80 p.

SILVA, Neila Soares da. Uma Volta Redonda: ‘assentados da reforma agrária’, corporações transnacionais e o Estado brasileiro na “Era Lula” durante a construção da barragem de Estreito, rio Tocantins (MA/TO). 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SOARES, A. L. L. et al. Eficiência agrônômica de rizóbios selecionados e diversidade de populações nativas nodulíferas em Perdões (MG). II - Feijoeiro. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 30, p.803-811, 2006.

SOUZA, R. da S. et al. Ajustamento assimétrico de preços na cadeia produtiva do feijão no Estado de Goiás, Brasil. 2016.

TOTA. A. P. Contestado: A guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. Cadeias produtivas - foco na cadeia produtiva de produtos agrícolas. In: III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, 2009, Vale do Itajaí. Anais... Vale do Itajaí: [s.n.], 2009.

2.2.4. Existe alguma produção de animais na propriedade? (Bovinos, aves, ovinos...)

Sim

Não

Descreva: _____

2.2.5. Existem outras atividades econômicas desenvolvidas na propriedade?

Sim

Não

Descreva: _____

2.2.6. Na propriedade possuem produção para autoconsumo:

Criação de animais

Hortas

Frutíferas

Lenha

Mel, geléias, etc..

Não

Outros. Qual(is)?

2.2.7. Descreva a área para cada produção de autoconsumo (se a resposta for sim):

2.2.8. Quantas pessoas da família trabalham regularmente na produção do lote?

2.2.9. Há necessidade de contratação de trabalhadores(as) temporários? Com qual frequência e em quais atividades ou situações?

Sim

Qual o valor da diária? _____

Não

3 Recebe assistência técnica?

Sim

() Não

Se sim, que tipo de assistência é prestada? E por quem?

3.1. Que tipo de abastecimento de água é usado na produção?

() Rede pública;

() Poço comum com bomba elétrica;

() Poço comum com operação manual;

() Poço artesiano com bomba elétrica;

() Fonte, córrego, rio, açude com operação manual;

() Fonte, córrego, rio, açude com operação mecânica (carneiro, bomba elétrica);

() Cisterna;

() Outros: _____

3.1.2 Utiliza software de gerenciamento da produção? (Nas culturas do milho, feijão, p.ex..)

() Sim

() Não

Qual? _____

4 Construções e Instalações em Geral

Tipo e ano da Construção	Número / Área / metro linear	Valor atual da área / m ² / metro linear

5 Aspectos sociais do Assentamento/ Caracterização dos residentes do lote

Nome	Idade	Raça/Cor	Gênero	Grau de Parentesco	Escolaridade	Possui envolvimento no sistema produtivo da propriedade?
						() Sim () Não
						() Sim () Não
						() Sim () Não
						() Sim () Não
						() Sim () Não
						() Sim () Não
						() Sim () Não

*Escolaridade: Alfabetizado; Não Alfabetizado; Fundamental completo, Fundamental incompleto; fundamental em andamento; Médio completo; Médio Incompleto; Médio em andamento; Superior completo; Superior incompleto; superior em andamento.

*Gênero: Masculino; Feminino; Não-binário; Preferir não responder; Outro (Especificar):

*Raça/Cor: Branca; Preta; indígena; parda; amarela/Asiático

5.1. Possui outras fontes de renda familiar:

() Sim Se sim, qual? _____
 () Não

5.1.1. Alguém da família recebe algum benefício social? () Sim; () Não

Se sim, qual?

() Pensão
 () Aposentadoria
 () Bolsa família
 () Benefício do INSS
 () Outros. Qual(is)? _____

5.1.2. Acessou políticas públicas de crédito rural nos últimos 5 anos? () Sim; () Não

Se sim,

qual(is)? _____

5.1.3. Qual a sua renda familiar mensal? _____

5.1.4. A renda do cultivo de feijão corresponde a que percentual da renda da propriedade?

() Até 10%
 () Até 30%
 () Até 50%

Até 75%

100%

6. Responda sobre as principais dificuldades para alguém que queira trabalhar com o cultivo de feijão na região:

Variáveis	Pouco Impacto	Muito Impacto
Alto investimento		
Dificuldade com mão de obra		
Alto custo de recuperação da terra		
Insegurança (roubo)		
Acesso à tecnologia		
Acesso à financiamento		
Acesso à insumos		

6.1. Como acessa a energia elétrica?

Geração própria

Rede pública

6.1.2. Possui acesso à internet no lote?

Sim

Não

7. Aspectos comerciais / Caracterização dos canais de comercialização

Quais canais de comercialização	Cidade	Para quem?	Distância do Lote	Volume comercializado (Kg)	Faturamento aproximado (R\$)
<input type="checkbox"/> Feira Municipal					
<input type="checkbox"/> Feira Estadual					
<input type="checkbox"/> PAA/PNAE					

<input type="checkbox"/> Ceasa					
<input type="checkbox"/> Atravessadores					
<input type="checkbox"/> Mercados particulares					
<input type="checkbox"/> Cestas					

7.1. Encontra dificuldade ao comercializar sua produção? () Sim () Não.

Se a resposta for sim, quais as principais dificuldades?

- Preço baixo;
- Falta de comprador;
- Calote;
- Baixo volume de produção
- Outras

7.1.2. Há quanto tempo é associado da Cooper Contestado?

8. Descreva os principais gargalos da produção e perspectivas futuras?

9. Quais são as principais dificuldades que você encontrou ao implementar o e-Social em sua propriedade?

9.1. Quando você enfrenta desafios com o e-Social, a quem você costuma recorrer para obter ajuda e orientação? (Por exemplo: obrigatoriedade de informar do dia 1º ao dia 15º de todo mês as notas, vendas do mês anterior)

10. Sobre a Certificação Obrigatória do Selo de Produtos Orgânicos e de Produtos Não Orgânicos:

10.1. Quais foram as principais dificuldades que você encontrou ao buscar a certificação obrigatória para seus produtos orgânicos e não orgânicos?

10.1.2. Quando enfrenta obstáculos durante o processo de certificação, a quem você recorre para obter suporte e orientação, seja em termos técnicos, legais ou financeiros?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Departamento de Ciências Naturais e Sociais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “Cadeia Produtiva do Feijão em Áreas de Assentamento da Reforma Agrária em Santa Catarina” A presente pesquisa está associada à dissertação de graduação do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Este trabalho pretende analisar a percepção dos atores envolvidos sobre a: “Cadeia produtiva do feijão em áreas de reforma agrária em Santa Catarina a partir da ação da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado”.

Lembramos que durante a entrevista é possível que alguns aspectos de sua vida lhe tragam lembranças desagradáveis. Nesse sentido, o pesquisador realizará a condução da entrevista visando minimizar as consequências, preservando sua integridade. Durante os procedimentos de coleta você sempre estará acompanhado da pesquisadora que lhe prestará a assistência necessária e lhe esclarecerá qualquer dúvida sobre o projeto. Além disso, você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Caso opte em deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo.

Solicitamos o seu consentimento para a gravação da entrevista por meio de gravador digital. O uso deste servirá para o posterior resgate do conteúdo das falas e análise, através da transcrição a ser realizada. Deixamos explicitado que a interrupção da gravação é permitida a qualquer momento da entrevista, caso sinta-se desconfortável ou desista da gravação. Os pesquisadores estabelecem o compromisso em garantir acesso ao conteúdo das transcrições das entrevistas uma vez que estejam prontas; e o sigilo quanto à identificação em qualquer forma de divulgação dos resultados da pesquisa.

Ressaltamos que a pesquisadora será a única a ter acesso às informações das entrevistas e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo, todavia sempre existe a possibilidade, mesmo que remota, da quebra do sigilo involuntário e/ou não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Informamos também que os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros e/ou publicados em revistas científicas, entretanto mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação relacionada à sua

privacidade.

O desenvolvimento deste projeto de pesquisa possui grande relevância social e acadêmica, principalmente no tocante ao conhecimento. Dessa forma, sua participação nesta pesquisa é de suma importância para que o campo científico, a sociedade em geral, o estado e seus servidores tenham a possibilidade de conhecerem a Cadeia Produtiva do Feijão em áreas de reforma agrária em Santa Catarina.

Informamos que a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa, mas, em caso de despesas com transporte e/ou alimentação, decorrentes da participação da pesquisa, você será ressarcido integralmente pela pesquisadora. Caso você tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada.

Em caso de necessidade, a qualquer momento que julgar necessário, você poderá contatar a pesquisadora Andressa de Quadra Padilha por meio do telefone +55 (049) 99997-8165 ou pelo e-mail: andressa.quadra@hotmail.com

A pesquisadora responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Duas vias deste documento, que possui duas páginas, estão sendo rubricadas e assinadas por você e pela pesquisadora responsável, lembre-se de guardar cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Eu, _____, RG _____, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive da pesquisadora todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Fraiburgo, _____ de _____ de

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora



Fraiburgo, 22 de outubro de 2024

Declaração

Eu, Fábio Junior da Cruz Alípio, CPF n. 005.237.069-01, integrante da Diretoria da Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado), declaro que estamos cientes do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Andressa de Quadra Padilha, graduanda em Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado 'Cadeia produtiva do feijão em áreas de assentamento da reforma agrária em Santa Catarina'.

Cumprir informar também que os participantes da presente pesquisa são cooperados da Coopercontestado e que a estudante nos informou sobre as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), autorizando a pesquisa e comprometendo-se a cumprir os termos da resolução (466/12 e/ou 510/16).

FABIO JUNIOR DA
CRUZ

Assinado de forma digital por
FABIO JUNIOR DA CRUZ
ALÍPIO:00523706901

ALÍPIO:00523706901 Dados: 2024.10.23
18:53:06 -03'00'

Fábio Júnior da Cruz Alípio